



Anais da Assembléia

Nº 122

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE OUTUBRO DE 1.979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 116ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 1.979

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e José Tavares.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Chierigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57); achando-se ausente, em missão cultural, o Senhor Deputado Ezequias Losso.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE -- (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO -- procede à leitura da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO -- procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofícios.

Sob o n.º 218/79, do Sr. Orlando Bruno Olenski, Presidente da Câmara Municipal de Guaratuba, solicitando aos Srs. Parlamentares, interferência junto ao Presidente da PARANATUR, e às autoridades competentes, que se inclua Guaratuba, Cidade Turística e Bicentenária, no rol daquelas que terão seus postos de gasolina abertos aos sábados e domingos, motivo pelo qual, sua principal fonte de renda é senão, o turismo. --

Ao conhecimento da Casa.

Do Sr. Linertino Pedro da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Iretama, encaminhando manifesto com relação à paralisação das obras da Rodovia Relógio, trecho Pitanga - Iretama - Campo Mourão. -- Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ SKRABA, ocorrido no dia 07 último, na cidade de Araucária.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja dado ciência da decisão da Casa à família enlutada, na pessoa da Senhora Iolanda Skraba, à Rua Dr. Victor do Amaral, 795, Araucária.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1.979.

(a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. PAULO COSTA PEREIRA, ocorrido em Cornélio Procopio.

O extinto era pessoa grandemente relacionada na cidade e dotado de excelentes dotes de bondade e cavalheirismo, deixa sua esposa Josima Lima Pereira e muitos filhos, netos e bisnetos.

Requer ainda, uma vez aprovado, seja dado ciência à sua ilustríssima família, através de sua esposa.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1.979.

(a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. FRANCISCO BERNARDINO LEITE MUSA, ocorrido na cidade de Londrina.

O extinto, que por muitos longos anos residiu na cidade de Cornélio Procopio, deixa enlutada numerosa família entre os quais, o seu genro Nelson Alves de Araújo, e sua filha Dolores.

Requer, uma vez aprovado, seja dado conhecimento à ilustríssima família.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1.979.

(a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER uma vez ouvido o Plenário, um voto de louvor à ex-taquígrafa MIRIAM CORREIA TEIXEIRA.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1.979.

(a) JURANDIR MESSIAS

JUSTIFICATIVA:

A ex-Taquígrafa Miriam Correia Teixeira, prestou por mais de 30 anos relevantes serviços à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por muitas e muitas noites permanecendo no Plenário desta Casa, para que os Deputados tivessem, de imediato, todos os pronunciamentos e encaminhamentos de matérias em suas mãos.

Nada mais justo que os Srs. Deputados prestem, neste momento, em que Dona Miriam nos deixa, um ato de solidariedade e de amizade, por tudo aquilo que ela fez e realizou em prol dos Deputados e dos funcionários desta Casa.

Dona Miriam, que nos priva hoje de seu convívio, por certo, daqui para a frente, dedicar-se-á ao seu lar. Queremos, nesta hora, para nós muito triste, desejar-lhe toda a sorte nesta nova vida que ora se inicia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Senhora MIRIAM CORREIA TEIXEIRA serviu esta Casa nos últimos trinta anos, com o maior zelo e profunda dedicação. Seu trabalho foi desenvolvido na Divisão de Taquígrafia, um dos setores de maior afinidade com o Parlamentar,

pela sua própria natureza. Ultimamente, dirigiu o setor, sempre com o maior senso de responsabilidade, colocando a par de sua capacidade profissional, o extremado carinho pelo seu serviço. Durante anos, fez o que de mais nobre compete ao ser humano: cultivar amizades. Aos Srs. Deputados, sempre atendeu com presteza e eficiência. Na Divisão que dirigiu com reconhecida capacidade, soube ser líder, sem perder os conceitos de educação, norteadores do seu comportamento.

Hoje, a Senhora Miriam Correia Teixeira, cumpre o seu último dia de trabalho nesta Casa. Como prêmio pelos seus trinta anos de bons serviços, recebe nesta data a sua aposentadoria. Deixa uma grande mensagem a todos nós, pois aprendemos a respeitá-la e admirá-la: a dignidade do exercício profissional sem distorções.

Por essas razões principais, REQUEIRO à Mesa, na forma determinada pelo Regimento Interno, um voto de louvor à Senhora Miriam Correia Teixeira. Da decisão plenária, requeiro ainda, sejam científicas a homenageada e a Divisão de Taquigrafia desta Casa.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1.979.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado voto de aplausos ao jornal "A Gazeta do Povo", pela criação de uma página versando sobre Cascavel e Região Oeste do Paraná.

A página em questão, sob a responsabilidade do jornalista Elias Adinam Klame, tem executado um trabalho de profundidade relatando os fatos e acontecimentos de destaque de Cascavel e Região Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1.979.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos à nova diretoria da UNE (União Nacional dos Estudantes), vencedora das eleições realizadas neste final de semana próximo passado, através da chapa "Mutirão", com 123.000.923 votos.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1.979.

(a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Neste Brasil carente de novas lideranças, eis que surge um líder nato, gerado pela massa universitária, preparado para comandar a legendaria e sempre respeitada UNE: RUI CÉSAR COSTA SILVA, baiano, 22 anos de idade, o "Lula dos estudantes". Não importa discutir a legalidade ou não do retorno da UNE; o que importa é a sua força, sua existência e sua capacidade de gerar novas lideranças autênticas. A chapa vitoriosa é composta desta maneira:

Presidente: Rui Cesar Costa Silva (Comunicações UFB); Vice-Presidente: Marcelo Barbieri (Administração - GV-SP); Secretário-Geral: Aldo Rebelo (Direito - UFAL); Vice-Norte: Sérgio Carneiro (Medicina UFPA); Vice-Nordeste: Luiz Falcão (Economia UFPE); Vice-Centro-Oeste: Ivaneck Perez (Biologia UNB); Vice-Sudoeste: Juarez Amorim (Medicina UFMG); Vice-Sul: Alon Feuerwerker (Medicina USP); Tesoureiro: Vladimir de Oliveira (Ciências Sociais UFRN); Humanas: Maria Francisca de Souza (Belas Artes UFRJ); Biomédicas: Gilberto Martin (Medicina UE Londrina); Exatas: Pedro Reis (Engenharia Agrônoma UFRPE); Imprensa: Cândido Vaccarezza (Medicina UFBa); Cultura: Fredo Ebling (Ciências Sociais UFRGS); Esportes: José Pimenta (Engenharia UFJFora).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignada na Ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos ao Jornal "O Estado do Paraná", pela realização da promoção "Corujinha de Ouro", premiando os melhores do nosso futebol.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1.979.

(a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Sob a coordenação do jornalista Luiz Augusto Xavier, a promoção "Corujinha de Ouro", realizou esta noite a premiação dos melhores de nosso futebol, incentivando desta forma o esporte em nosso Estado, motivando os atletas e dirigentes.

A seleção dos melhores do campeonato paranaense ficou assim: Leonel (Umuarama); Ari (Colorado); Lázinho (Atlético); Waldir Gritti (Matsubara); Gassen (Colorado); Toninho Moura (Matsubara) e Neguinho (Matsubara); Paulo Borges (Rio Branco); Paquito (Matsubara); Bráulio (Coritiba) e Abel (Grêmio Maringá). Também receberão seus troféus: Luiz Freire (artilheiro do certame); Luiz Carlos (jogou todas as partidas); Ênio Andrade (técnico); Bolão (personalidade do campeonato); Almir Rodrigues (juiz revelação); Wilson (jogador revelação); Gilberto (fiscultor) e Aloar Ribeiro (homenagem especial).

Trata-se de uma seleção formada por atletas que realmente mantiveram uma média excelente durante todo o campeonato, merecendo a escolha. Vários profissionais da imprensa (críticos esportivos, correspondentes e representantes das sucursais), acompanharam todas as partidas do nosso certame, anotando o comportamento dos atletas e selecionando os melhores. Um critério justo para uma escolha certa. A promoção recebeu apoio da TV-Iguaçu Canal 4 e Rádio Universo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no exercício de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o endereçamento de expediente ao Sr. Secretário da Administração e à EMOPAR, objetivando a construção de um muro circundando a Escola Estadual "São José", em Londrina, no Bairro Jardim Leonor, bem como providenciar os reparos necessários nas dependências avariadas.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1.979.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma obra que exigiu apreciável soma de recursos financeiros para a sua construção. Todavia, face à negligência dos construtores, a referida Escola encontra-se em péssimas condições, com vidros quebrados, paredes em precária situação, além de estar desprovida de muros.

Tendo em vista que a proteção é constituída tão somente de uma sofrível cerca de arame farpado, verifica-se constantemente furtos de máquinas e equipamentos, além de constituir-se num antro de marginais e desocupados, não raro verificando-se cenas de atentado ao pudor.

Também é digno de menção, constituir-se a mencionada cerca, em fator do constante perigo para os educandos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 95/79, Mensagem Governamental nºs 72 e 95/79, por 1 (uma) sessão, a fim de ser encaminhado à Comissão de Recursos Humanos, para Parecer.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1.979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 157/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Senhor Doutor CLÁUDIO NUNES DO NASCIMENTO, Meretíssimo Juiz do Tribunal de Alçada.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1.979.

(a) JURANDIR MESSIAS

APOIAMENTO: Erondy Silvério, Pinto Dias, Airton Cordeiro, Aguinaldo Pereira Lima, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Cyro Martins, Dácio Leonel, David Cheriegate, David Federmann, Egon Pudell, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Palácios, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Túlio Zanchet, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valduga, Tércio Albuquerque, Adalberto Daros, Antônio Facci, Carlos Zanlorenzi, Darcy Deitos, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Gernote Kirinus, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Lineu Turra, Mário Celso, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Nelson Friedrich, Nilso Sguarezi, Renato Bernardi, Romero Filho, Tadeu Lúcio Machado, Trajano Bastos, Waldyr Pugliesi, Renato Bueno, Werner Wanderer e Wilson Fortes.

JUSTIFICATIVA:

Natural de Irati, neste Estado, o Dr. Cláudio Nunes do Nascimento revelou, desde cedo, pendores para as letras e inusitada atração para as ciências jurídicas. Assim pois, considerou-se como chamamento natural a irreprimível vocação do seu ingresso na Faculdade de Direito, da Universidade Federal do Paraná, pela qual se diplomou, após curso brilhante, havendo sido na época, um dos mais destacados alunos daquela Escola.

Integrou-se mui logo, nos quadros do Poder Judiciário, ao exercer, de 1.951 a 1.952, o cargo de serventuário da Justiça, e de 1.952 a 1.954, Oficial de Justiça da 2.ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Capital. Viu-se ainda, em 1.954, na função de Promotor Público Interino, e já no ano seguinte, inscrevia-se provisoriamente como advogado militante na OAB, Seção do Paraná.

Sentiu-se realizado, porém, somente quando a 19 de julho de 1.955, foi nomeado para o cargo de Juiz de Direito Substituto, na Comarca de União da Vitória. Daí por diante, numerosas outras comarcas puderam contar com o seu valioso concurso, dentre as quais, as de Apucarana, Arapongas, Campo Largo, e não tardou que, como Juiz de Direito de Primeira Entrância, fosse servir em São Jerônimo da Serra, e mais tarde, em Bela Vista do Paraíso. Promovido a Juiz de Direito de Segunda Entrância, tivemos-lo como titular das Comarcas de Araruna e Andirá. No primeiro caso, por merecimento, e no segundo, por antigüidade. Vimo-lo guindado, outra vez, por merecimento, do cargo de Juiz de Quarta Entrância, de Andirá, para o de Substituto de Primeira Entrância em Curitiba, e em 1.967, por antigüidade, passou para o de Juiz de Direito da Quinta Vara Cível da Comarca da Capital.

De ascensão em ascensão, a que sempre faz jus por seus dotes intelectuais indiscutíveis, eis-lo em 1970 a ingressar, por merecimento, como Juiz do Tribunal de Alçada, de cujo importante Órgão Judiciário foi Vice-Presidente por vezes inúmeras, assim como Presidente, notabilizando-se aí por seu senso de

equilíbrio e alcandorado espírito de justiça.

Autor de obras renomadas como "Execução Forçada" amplamente debatida em seminários nacionais, e "Teoria Geral do Processo", tem sido insistentemente convidado para realizar conferências sobre palpitantes temas jurídicos. A Câmara Municipal de Curitiba e Associação dos Magistrados do Paraná, lhe renderam homenagens pela excelência das obras publicadas. Recebeu os honrosos títulos de Cidadão Honorário do Município de Andirá e de Grande Benemérito da Maçonaria, concedido este último pela augusta e respeitável Loja Simbólica "Rui Barbosa", de Sertanópolis.

Como representante do Paraná, participou ativamente do Simpósio de Processo Civil, promovido pelo Departamento de Direito Civil e Processual Civil da nossa Universidade Federal; foi Patrono em 1.975, da Turma de Direito da Faculdade de Direito de Curitiba, e em 1.975, foi Patrono dos Espadins, da Academia Policial Militar do Guatupê.

Além do mais, é professor de Teoria Geral do Processo, na Faculdade de Direito de Curitiba, e, nesta, assim como na Faculdade de Direito da PUC, é também professor de Direito Processual Civil.

Por tratar-se de figura tão eminente, que ilustra e enaltece a Magistratura e as letras jurídicas de nosso Estado, nada mais justo que a concessão do título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Doutor Cláudio Nunes do Nascimento.

Finalmente, pelo Decreto Governamental n.º 6421, de 12 de março de 1.979, publicado no Diário Oficial 505, de 13 de março de 1.979, foi o Dr. Cláudio Nunes do Nascimento nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Três assuntos me trazem hoje à esta tribuna. O primeiro deles, é com respeito à promoção do jornal "O Estado do Paraná", intitulada "Corujinha de Ouro", coordenada pelo jornalista Luiz Augusto Xavier, e que realmente vem premiar aqueles valores que se destacaram no futebol paranaense. Uma promoção do mais alto gabarito vem se constituir no "Oscar" dos jogadores e dos dirigentes do futebol do Paraná. Uma promoção séria, honesta, onde foram auscultados todos os representantes, correspondentes e críticos esportivos das mais diversas cidades do interior do Paraná, culminando com uma seleção realmente dos melhores.

Por isso, cumprimentamos desta tribuna, o jornal "O Estado do Paraná", cumprimentamos a TV-Iguaçu Canal 4 e cumprimentamos também a Rádio Universo, que está englobada nesta promoção.

Por outro lado, queremos registrar que estamos encaminhando uma solicitação e também pedimos o apoio dos demais Companheiros da Casa, para que seja aprovado o requerimento com um voto de aplausos à União Nacional dos Estudantes - UNE, que, através da Chapa "Mutirão", conseguiu eleger a sua nova Diretoria, e despontando com um verdadeiro e autêntico líder, Rui César Costa Silva, um baiano de 22 anos de idade.

E nesta País, carente de liderança, eis que surge um líder nato, gerado da massa universitária. Por isso, solicitamos então, o apoio dos Companheiros, para a aprovação desse requerimento.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "Daqui a algumas horas, dois estudantes do Curso de Comunicação Social da Universidade Católica do Paraná, estarão tentando uma audiência com o Ministro da Educação, Eduardo Portela.

Este é um dos últimos recursos encontrados por mais de

400 estudantes para um impasse surgido há 18 dias, que os levou à uma greve geral. E o que querem esses alunos, que daqui há alguns anos estarão nas redações dos jornais e nas emissoras de rádio e televisão? Eles desejam melhores condições de ensino, o fim da verdadeira "picaretagem" que existe nos cursos pagos, onde o que interessa é unicamente a arrecadação financeira. Um curso que rende, mensalmente, mais de quatrocentos mil cruzeiros, não tem as mínimas condições para oferecer aos seus alunos uma formação razoável, digna?

Acreditamos que sim. Mas isto não acontece. E, cansados de reivindicar, os alunos chegaram hoje ao Ministro da Educação. Tentaram o diálogo com o coordenador do curso. Não deu resultado. Tentaram o diálogo com o Diretor do Centro. Não deu resultado. Tentaram o diálogo com o Reitor. Igualmente, não deu resultado. Agora, eles estão em Brasília, onde foram tentar o diálogo com o Ministro Eduardo Portela. Estranhamente, numa época que se fala em abertura política, em diálogo, em democracia, 400 alunos não conseguem ter suas reivindicações atendidas por falta de diálogo. Esses alunos não estão pedindo o impossível, querem apenas condições de estudo, condições de ter uma boa formação. E isso lhes é negado.

Por outro lado, em greve, os alunos estão sendo vítimas da opressão. Depois de serem ameaçados por responsáveis pelo curso, de reprovação, no último sábado, os alunos tentaram realizar um "show", com a presença dos artistas do Projeto Pí-xinginha. E a opressão novamente se fez presente, com determinado elemento da Reitoria desligando a chave geral de luz da eletricidade e impedindo a apresentação dos artistas.

Há condições de existir diálogo nesses termos? Com ameaças, opressões? Não, não há condições de diálogo. Por isso, queremos demonstrar hoje, desta tribuna, o nosso apoio a esses jovens que estão em Brasília, representando mais de 400 estudantes, reivindicando coisas que lhes deviam ser ofertadas normalmente pelo curso. Numa época de diálogo, é lamentável que isso ocorra. Ou a abertura política não existe, é uma farsa?

Quem sabe, mais um golpe de publicidade para se conseguir mais alguns pontos nas pesquisas do Ibope".

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vim à tribuna, confesso, até meio constrangido, porque dá a impressão de que estou com maquinação contra alguém. Acontece que na minha última estada aqui, vim abordar o problema da campanha que se falou que seria feita pela Secretaria da Saúde, contra o uso do cigarro.

Disse que estava aguardando que fossem tomadas as medidas, porque durante todo este período, a única coisa que estou prevendo é, nada mais nada menos, do que uma atitude do próprio Secretário da Saúde.

E agora, tomo conhecimento, nestes dias, de que se pretende fazer uma campanha de cartazes, para ver quem é que manda o cartazinho mais bonito, para ganhar Cr\$ 15.000,00. uma passagem aérea, para depois aproveitarem-se esses cartazes, daqui a 60 ou 90 dias, e começar uma campanha, quando temos tantas agências de publicidade que fariam, tenho convicção, até como colaboração, para que se fizesse a campanha.

Então, venho mostrar a minha estranheza. Mas, estranheza, Senhores, porque recebo um telegrama do Sr. Secretário da Saúde, encaminhando-me, e venho agradecer da tribuna, dando-me ciência de que "Tenho satisfação comunicar Vossência, que nesta data, contratei serviços especializados EMOPAR, para concluir obras unidade sanitária Município Santo Inácio". Parece brincadeira. Faz três meses que a unidade sanitária está pronta. Falta só inaugurar.

Então, são coisas assim que, a esta altura do campeo-

nato, confesso aos Senhores que não entendo.

Então, quero fazer um apelo ao Sr. Secretário da Saúde: deve estar com alguma assessoria funcionando mal. Que faça que funcione bem, porque se diz que já contratou, deve descontratar. Não acredito que tenha contratado a Secretaria da Saúde, a EMOPAR, para realização de tais obras.

Então, venho à tribuna, Senhores, porque entendo que existe uma série de fatos que devem ser trazidos, e, como estou nesta linha, vou continuar trazendo os fatos, porque entendo que chegou a bom tempo, a hora da verdade. Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao último orador inscrito, Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tivemos a grata satisfação de assistir na Cidade de Pitanga, no mês de julho do corrente ano, a realização de um dos muitos ACISO, que através do Exército Brasileiro, procedeu-se, principalmente nos municípios mais carentes de todos os Estados da Federação Brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Efetivamente, o que presenciamos foi por demais agradável, e, porque não dizer, alegre. Os oficiais, sargentos, cabos e soldados, todos do GAC da Cidade de Guarapuava, interessados em dar à toda a comunidade de Pitanga, um atendimento e atenção desde o mínimo ao maior problema, sem quaisquer discriminação ou cor política, dialogando com todos, indo à casa daqueles mais necessitados.

Enfim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tive a nítida impressão de que os homens que vestem a farda verde do Exército Brasileiro, estão totalmente identificados com o povo brasileiro.

Queremos também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixar aqui registrado nos Anais desta Casa de Leis, o que o povo de Pitanga recebeu do Exército Brasileiro por ocasião do ACISO, e temos certeza também, que todos os municípios que foram agraciados com o ACISO neste ano, receberam iguais benefícios, igual solidariedade por parte dos oficiais, dos sargentos, dos soldados e cabos.

E, por isso, Sr. Presidente, não poderíamos deixar de registrar nesta Casa, tão agradável acontecimento, ainda mais, Sr. Presidente, quando vemos oficiais, capitães, coronéis, sargentos, tenentes, se comunicando, cumprimentando, dialogando, indo às casas de todos, para sentir da necessidade daqueles mais carentes, para ver e ajudar os menos favorecidos. Tive, Sr. Presidente, a felicidade, mesmo contrariando as normas do ACISO, aquilo que o determina, porque o Exército, segundo me diziam os oficiais, não costuma dar a público os benefícios que leva à comunidade, quando da realização de um ACISO. Mas consegui, com o beneplácito do Capitão Comandante do ACISO 79, que, gentilmente, mostrou-me as obras que foram executadas sob sua coordenação, a coordenação do Capitão Eduardo Celso Reis Gabriel, benefícios que foram levados para o Município de Pitanga:

1.754 consultas médicas;

905 extrações dentárias;

264 exames preventivos do câncer ginecológico;

257 documentos militares;

297 registros de nascimento;

394 cédulas de identidade;

7.250 vacinações;

62.124 medicamentos diversos;

4.700 quilos de alimentos: feijão, açúcar, arroz, macarrão, leite em pó, etc., foram distribuídos;

curso de aproveitamento de soja para 33 agricultores;

curso de primeiros-socorros de formação de farmácia;

assuntos diversos;

participação comunitária;

recuperação de salas de aula, salas que não tinham mais a mínima condição de abrigar os alunos e professores, e hoje se encontram em perfeito estado, totalmente recuperadas que foram pelo Exército Brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não podíamos deixar passar despercebido desta Casa o significado de um ACISO — que até então eu desconhecia — mas que hoje, além de aplaudir, além de ser um adepto dessa ação, venho me solidarizar com o Exército Brasileiro e dizer que entendemos que é válido, que é necessária uma ação como essa. Porque o povo não tem um contato pessoal com os militares tem uma impressão totalmente diferente do que é um militar graduado. Porque hoje, o militar está totalmente identificado, ao par da realidade brasileira, da realidade dos municípios mais carentes.

Por isso, queremos deixar os nossos parabéns, o nosso incentivo ao Exército Brasileiro para que continue, que faça todos os anos nos municípios mais necessitados, este extraordinário ACISO, porque sabemos e entendemos que levará sempre, melhoramentos não só aos municípios que se refere a construções de escolas, de pontes, mas às comunidades de um modo geral, que assim recebem grandes benefícios que talvez jamais conseguiriam sob outra forma, e os conseguem, através da realização do ACISO que naqueles municípios é realizado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última segunda-feira em Londrina, o Diretório Nacional do Movimento Democrático Brasileiro realizou uma reunião no recinto da Câmara, ocasião em que o Partido lançou a campanha DIREITO DO POVO A ELEIÇÕES EM 80 — MDB.

Foram, inclusive, confeccionados plásticos para carros e na ocasião foi aprovado, por unanimidade, um Manifesto ao Povo que leremos daqui a pouco. (Lê):

"No primeiro dia
destróem o MDB
Você diz: Afinal,
ia morrer mesmo de morte natural.

No segundo dia, deixam criar
só os partidos que eles querem e como querem,
e você diz: "Melhor do que os antigos".

No terceiro dia, adiam as eleições.
Você diz: "A gente vai se organizando".

No quarto dia, você vê
como é difícil se organizar
sem democracia.

No quinto dia, você percebe
que não são os partidos que criam democracia,
mas que é preciso democracia para criar partidos.

No sexto dia, você vê que descobriu isso
muito tarde,
e tem vontade de lutar sozinho
e ser um herói da Pátria.

Não precisamos de heróis.
Precisamos de você agora,
numa frente ampla pela democracia.

O MDB E A FRENTE DEMOCRÁTICA

Um estrangeiro desavisado que desembarque no Brasil

hoje, verá tanta gente falando em criar novos partidos, que pensará que estamos numa democracia. Essa efervescência é sintoma salutar, indicando que a sociedade quer democracia.

No entanto, não são novos partidos que farão a democracia. Pelo contrário, a democracia é que permitirá novos partidos — e ainda estamos sem condições mínimas para uma efetiva redemocratização.

QUEM É A OPOSIÇÃO

O que existe é um **sentimento oposicionista** forte no País, como as eleições de 74 e 78 mostraram. Esse sentimento é movido, **fundamentalmente**, por cada vez mais gente que percebe que o regime não atende às suas aspirações individuais. Trata-se, assim, de uma reação individualista, generalizada, mas desorganizada.

Secundariamente, há as lutas organizadas de classes e camadas sociais. É quando o sentimento oposicionista se supera, e se torna realmente oposição, com propostas e metas objetivas e alcançar.

Não estamos dizendo que essas lutas são secundárias, mas que o seu resultado, a nível de organização social, ainda é baixo e limitado a alguns setores e regiões. Essas lutas organizadas — embora crescendo bastante — não são **ainda** a causa fundamental do sentimento oposicionista que se abate como avalanche sobre o Governo, exigindo dele manobras rápidas para preservar o poder e continuar o regime.

De onde vem então, a força política que faz o Governo adotar medidas de relativa "tolerância" quanto a exigências coletivas como as greves, relativo abrandamento da repressão, abertura etc?

Essa força oposicionista emana de uma "federação" de movimentos e descontentamentos aparentemente sem hegemonia de nenhum setor, mas seguramente sem a hegemonia dos setores populares.

Essa "federação" compreende desde pequena parte da grande burguesia nacional, a maior parte da pequena burguesia industrial e comercial, e pequenos proprietários rurais, passando por setores intelectualizados de esquerda e de fraca expressão político-social, bem como setores liberais e populares.

Os setores liberais têm desde assalariados e autônomos até proprietários, e sua expressão se dá através da OAB, de boa parte do MDB e da Igreja etc.

Os setores populares ainda são fracos politicamente, o que é explicável por 15 anos de repressão especialmente dirigida a eles. Além disso, sentem ainda o peso de uma tradição de manipulação das classes trabalhadoras, que dificultou sua **organização autêntica**. Antes de 64, o populismo; depois de 64, a repressão. Convém assim, não superestimar o estágio atual da força política dos setores populares autenticamente organizados, lembrando ainda que na maior parte das cidades médias do País nem há sindicatos ou movimentos autenticamente dos trabalhadores e da oposição.

Além disso, é preciso não esquecer que o principal responsável pelos avanços de muitos movimentos populares e recuos do Governo, ainda é o General Inflação, aliado à crise econômica.

UMA FRENTE DEMOCRÁTICA

Esse quadro das oposições mostra que não há nenhum setor que possa, pela sua força política real, assumir a hegemonia da luta contra o regime. Pelo contrário, evidencia-se a necessidade de uma frente democrática em torno de metas comuns aos vários setores oposicionistas.

Engana-se quem pensa nessa frente como uma articulação de cúpulas. A luta pela Anistia mostrou que nenhum setor é forte para carregar sozinho grandes bandeiras nacionais de oposição, e só a formação de uma frente em torno da Anistia conseguiu resultados (e, mesmo assim, relativos).

Numa frente, trata-se de desenvolver lutas em torno de pontos comuns e imediatamente necessários para todos, associando-se essas lutas com os interesses específicos de cada setor. Como disse Miguel Arrais, referindo-se às pessoas que estiverem nessa frente e comprometidas com os interesses populares, trata-se de explicar ao povo o que a Constituinte, por exemplo, tem a ver com feijão.

Pode-se concluir:

a) há necessidade de uma frente democrática que não desarticule os setores oposicionistas, todos ainda fracos para levar isoladamente as grandes lutas nacionais pela efetiva redemocratização;

b) há necessidade de ser aprofundar o trabalho político de base popular, vinculando as questões comuns da frente democrática com as questões específicas dos setores populares.

Essa frente já foi esboçada na luta pela Anistia, que foi lançada pioneiramente pelo Movimento Feminino há cinco anos, agitada pelo Movimento Estudantil em 77, ampliada e aprofundada pelos Comitês Pela Anistia, divulgada intensamente até pela grande imprensa, apoiada pela Igreja, OAB, sindicatos, associações populares e outras, e finalmente, defendida no Congresso pelo MDB, todos adquirindo coesão e firmeza durante a luta.

Todos esses setores têm ainda que completar a luta pela Anistia e desenvolver outras lutas conjuntamente, para benefício de todos e possibilidades seguras de avanço organizado e amplo das oposições, principalmente os setores populares - que são os que mais se ressentem de condições, ainda para se organizar. Essas grandes lutas de todos são: pelo fim da Lei Falcão, liberdade de organização, autonomia e liberdade sindical, luta contra a nova política salarial, eleições em 80 e outras lutas gerais que garantam a convocação realmente livre e soberana de uma Assembleia Nacional Constituinte. Sem esquecer de uma luta também de todos agora, que é: contra o fim do MDB, contra mais um casuísmo que é a "reforma partidária" do governo.

Muitos acham que a "reforma partidária" é fato consumado, por isso não adianta lutar contra ela. Acharmos que, justamente por ter crescido e amadurecido, a oposição brasileira não pode mais se dar ao luxo de aceitar fatos consumados; deve lutar contra eles até o último momento, e é isso que o Diretório Municipal do MDB está fazendo.

A "reforma partidária"

Um estrangeiro desavisado pode pensar que já estamos numa democracia, diante das generalizadas movimentações pré-partidárias. Mas, com poucos dias aqui, veria que:

a) o Governo tenta, isto sim, limitar a liberdade de organização partidária que é do interesse de todos os oposicionistas realmente democráticos;

b) o que o regime teme é o crescimento eleitoral das oposições, e a possibilidade de sua articulação com o MDB, de modo a consolidar uma frente ampla de oposições.

O Governo já declarou que só haveria reformulação partidária se tiver um partido com maioria no Congresso. Assim, já se colocou no jogo como aquele juiz que entra em campo armado, para apitar em favor de um dos times: ou o time dele ganha, ou dá um tiro na bola e acaba o jogo.

Mesmo que a ARENA se divida através do Partido Independente, o objetivo do Governo é ampliar seu apoio político-parlamentar, ao mesmo tempo dividindo o MDB e confinando todas as oposições que queiram atuar parlamentarmente. Para continuar com maioria, o Governo conta com sua poderosa máquina de cooptação, coerção e corrupção. Para liquidar o MDB, o Governo conta com a indiferença das oposições diante da sorte desse partido criado por uma ditadura, mas legitimado pelo povo nas urnas.

UM precedente ameaçador

Os democratas criticam, com razão, o fato de o MDB ser um partido de atuação apenas parlamentar; ter adesistas, corruptos, frouxidão em muitas questões mesmo na área parlamentar, etc. No entanto, esquecem que esse foi o partido que foi possível **legalmente**. Ser indiferente à sua sorte, será abrir um precedente ameaçador para todos os outros partidos que se queira criar.

Muitos democratas afirmam solidariedade ao MDB, quando é necessário **praticar** intransigentemente essa luta contra mais uma violência do Governo. Não se trata de solidariedade, mas de mais uma luta prática e comum a todos.

Há também quem diga que já é conveniente criar novos partidos, pois todos poderão se unir na área parlamentar, através de coligação, já que o Governo anunciou que permitirá coligação. Assim, dão um voto de confiança ao Governo, jogando para o futuro uma luta que é de agora.

O MDB - até por seu programa de 12 anos - não é contra novos partidos. Através de Carta de Londrina, já saudou a todos os democratas que queiram - oportunamente - criar novos partidos. Quer, com eles, consolidar uma frente democrática até às vésperas de uma Assembleia Nacional Constituinte, precedida da mais livre organização partidária e social, e com acesso gratuito para todos os meios de comunicação - quando, só então, será possível debater **amplamente** propostas partidárias, sem levar, logo de saída, uma grande desvantagem em relação às forças retrógradadas, que dominam os meios de comunicação e ainda mantém todo um sistema repressivo ativado.

Unidade a todo custo?

O MDB não pode querer unidade das oposições a custo da autenticidade, do vigor e da autonomia delas. Mas, também as oposições - e os novos partidos - não podem querer fazer seus caminhos à custa da imolação do MDB.

Muitos dizem que uma frente democrática já não tem sentido, pois seria uma **unidade a todo custo**, uma falsa unidade onde o vigor das oposições se amorteceria na heterogeneidade, enquanto os horizontes das novas propostas partidárias se reduziria no viciado jogo parlamentar.

Ocorre que o MDB não quer, nem poderia querer, uma frente democrática onde ele fosse homogêneo, de modo a tolher setores oposicionistas e propostas partidárias. Afinal, o próprio MDB é heterogêneo! O MDB não quer uma unidade das oposições adormecida, muito menos sob suas asas, como uma galinha velha com seis pintinhos; não quer ser pai, tutor ou controlador dos movimentos que abrem o leque das oposições no País.

Entendemos que a frente democrática, esboçada na luta pela Anistia, ainda têm muitas tarefas, que só em forma de frente ampla poderão ser tocadas. Faltam condições - como expusemos no início - para tocar essas tarefas isoladamente ou já reduzindo o leque das oposições, aceitando confinamentos ou se jogando na vã disputa de uma hegemonia que simplesmente não é possível ainda.

Não se trata de uma frente a todo custo, mas de evitar isolamentos e desarticulações prematuras que poderão custar muito a todos.

Algumas interrogações

Acreditamos que faltam condições para que nos demos ao luxo de desarticular uma frente que mal se formava. Mas há quem acredite que não é preciso condições quando se têm idéias e propostas. No entanto, acreditar que idéias e propostas bastam para viabilizar eficazmente as grandes lutas gerais pela democratização efetiva, pode ser uma superestimação romântica da própria força e uma subestimação perigosa dos fatores conjunturais: nacionais e regionais.

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Deputado Fiori Luiz, Vossa Excelência aborda com propriedade, um tema altamente palpitante para os destinos institucionais do País.

Veja Vossa Excelência que nós estamos mergulhados num regime autoritário há quinze anos. Autoritarismo este que variou das colocações do Ato Institucional n.º 1, até o Medievo policaresco dos Instrumentos de Exceção, a tipo de AI-5, 466, 228 e outros elementos de insegurança do cidadão, diante do poderio autoritário e policaresco do Estado, num evidente divórcio entre os anseios da Nação e a linha seguida pelo Estado vigente.

E hoje, sentimos claramente, que a título de abertura democrática, de normalização da vida institucional brasileira, o que o Estado autoritário realmente pretende, é a continuidade no Poder; continuidade esta que diante da pressão da sociedade civil, cada vez mais organizada, cada vez mais com a consciência crítica do momento histórico em que se vive, o Estado é obrigado a fazer concessões. E pretende criar, conseqüentemente, uma cortina de fumaça diante do impasse em que o País está mergulhado. Impasse esse, político, impasse econômico, impasse social e impasse cultural. E enquanto nós observamos que sessenta por cento da população brasileira vive à margem do processo social, vivendo exilados dentro do próprio País; uma pequena elite concentradora privilegiada, procura conseqüentemente deter o poder e a continuidade deste Poder.

Então, esta decantada reformulação partidária, nada mais é do que a criação de um monopartidarismo do lado oficial, objetivando a eleição presidencial de 85, com o que esta aliança econômico-tecnocrata-militar poderia permanecer mandando no País, até o ano de 1.991. E em contrapartida, o Estado autoritário pretende o pluripartidarismo, mas apenas no nosso meio, no nosso campo, no campo das oposições nacionais, congregadas pela sociedade civil. Então, parece-me que é fundamental para todos os democratas conscientes desse País, a criação de um grande movimento que exija fundamentalmente a volta do País ao Estado Pleno de Direito; e o pluripartidarismo, a reformulação partidária, seriam conseqüência imediata da redemocratização; e não o inverso. Colocar-se o pluripartidarismo como um pré-requisito para a normalidade democrática. E parece que o fundamental hoje, é desarmar o Estado autoritário; desarmado este Estado autoritário, então sim, todos os segmentos da sociedade civil, poderão formar fileiras em torno da ideologia que deverá presidir a cada partido.

Portanto, apenas quero fazer estas considerações, ao longo do pronunciamento de Vossa Excelência e solidarizando-me com os conceitos que Vossa Excelência emite, mas acima de tudo, me posicionando também, diante desse problema, tentando mostrar que, fundamentalmente, a nossa luta hoje é pela extinção do autoritarismo vigente no País.

Era o aparte.

O SR. FIORI LUIZ — Agradeço, Sr. Deputado Renato Bernardi, o seu aparte, aliás apartes que sempre acrescentam sempre conhecimentos novos, para esse Deputado.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — Concedo o aparte, com toda satisfação ao Deputado José Tavares, que, por sinal, esteve participando da reunião do Diretório Municipal em Londrina, na última sexta-feira.

O Sr. José Tavares — Nobre Deputado Fiori Luiz, fico realmente muito feliz ao saber que Vossa Excelência ocupa-se com um assunto que hoje vem tomando conta das atenções de toda a classe política brasileira.

Fico feliz, por ver Vossa Excelência trazer este assunto ao conhecimento desta Casa, pois, entendo, reputo como hoje sendo o assunto que realmente domina as atenções da classe política em nosso País.

Disse sexta-feira, durante a reunião do Diretório do

MDB, em Londrina, que aquele Diretório estava de parabéns por esta iniciativa, quando se reuniu para discutir temas como reformulação partidária, como prorrogação de mandatos de prefeitos e vereadores, em 1.980.

Cumprimentava o Diretório, a Comissão Executiva do Diretório do MDB, em Londrina, e cumprimento Vossa Excelência, nesta oportunidade, porque não posso admitir, não posso conceber como que o Governo vem propor uma reformulação partidária, o Governo vem impor o pluripartidarismo, que é a essência de um regime democrático, mas da forma como vem colocando.

O que o povo brasileiro quer, e o manifesto do Diretório do MDB em Londrina deixa muito claro, é partidos que realmente nasçam da vontade livre e soberana do povo, e não partidos que venham de cima para baixo, como vieram ARENA e MDB, em 1.966.

Não posso conceber e entender e é aí a minha revolta que o Governo consciente da força das Oposições neste País, hoje queira extinguir o único canal das Oposições, que é o MDB, que é o Movimento Democrático Brasileiro, que, ao longo desses anos, isso tem sido dito por todos os recantos deste País, que ao longo desses anos, sacrificou vidas, expôs companheiros, e se legitimou através da vontade popular, redundando com a última eleição de 78, com uma maioria de quase cinco milhões de votos a mais.

Então, Vossa Excelência traz um assunto muito sério, realmente, muito oportuno, porque tem-se sentido que a classe política não tem dado muita atenção — e digo classe política tanto da ARENA como do MDB — porque, quase que passivamente estamos aceitando, admitindo, a extinção dos atuais Partidos. Porque, se para o Governo não convém mais a existência da ARENA, então ele que extinga o seu Partido. Mas, para nós do MDB, nós da Oposição, convém que esse Partido continue.

E não podemos admitir, Sr. Deputado, de forma alguma, que o Governo venha acabar com o único canal que a Oposição teve nestes últimos 13 anos e que é o MDB.

Então, ficam aqui meus cumprimentos a Vossa Excelência e ao Diretório do MDB de Londrina, pela seriedade com que trata o assunto.

Gostaria, inclusive, de conchamar os Companheiros de nosso Partido, nesta Casa, para desenvolvermos uma campanha, uma campanha forte, contrária à extinção do MDB.

Por isso, cumprimento Vossa Excelência e quero que fique registrado, nesta Casa, o nosso protesto contra essa medida que já se antecipa, como uma medida arbitrária e injusta, contra a vontade do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. FIORI LUIZ — Agradeço o aparte, nobre Deputado José Tavares.

Prosseguindo:

Levantemos algumas interrogações.

Há regiões e cidades onde novos partidos e, portanto, viabilidade: o PT em São Paulo, o PTB no Rio Grande do Sul. No entanto, como viabilizar nacionalmente esses Partidos localizados regionalmente ou ainda confinados aos sindicatos? Decerto, não será através da ilegalidade, que tanto já custou em vidas de jovens valorosos e democratas sinceros, quando conduzida sem o apoio de amplas massas.

A "reformulação partidária", conduzida pelo Governo, passa pelo Congresso. Só terão legalidade e condições de disputa eleitoral aqueles que conseguirem legenda, mesmo conforme as leis casuísticas do regime. Quantos e quais são os partidos de oposição viáveis legalmente? Quem tem Senadores e Deputados em número suficiente para abrir legendas?

Asssegurada sua tranqüila maioria no Congresso, pode ser até que o Governo facilite a criação de partidos de oposição, reduzindo o número de Senadores e Deputados necessários para

isso. Não seria mais um motivo para os democratas desconfiarem das vantagens de se criar dessa maneira novos partidos?

Pode-se imaginar o contentamento do Governo ao ver tantos democratas numa corrida desenfreada e - no aspecto eleitoral-parlamentar - suicida. Ao final, o Governo oferecerá uma legenda a um dos pretendentes de oposição; ou deixará abrirem novos partidos de oposição isolados; ou fará tudo isso e ainda dividirá a legenda do MDB, isolando autênticos de liberais e retirando de ambos, portanto, a força eleitoral - e, de resto, o caráter plebiscitário das eleições.

Assim, estará aprofundada a ciúmeira entre flagelados comuns. E principalmente nas cidades médias, onde não há movimentos sindicais ou oposicionistas significativos - estará ampliando o fosso entre os democratas e as massas. Londrina é um claro exemplo disso.

Luta parlamentar já era?

Mas há quem não se preocupe com legendas legalizadas e, portanto, com o aspecto eleitoral e parlamentar. Há quem acredite que as tentativas de organização social já substituem ou dispensam a luta parlamentar. Ou, ainda, acreditam que a atuação parlamentar só teria validade desde que rompidas as condições moldadas pelos atuais partidos e circunstâncias.

Pode-se imaginar o isolamento em que ficarão as oposições que não assegurarem condições de luta eleitoral e participação parlamentar. Quanto àqueles que esperam romper o atual sistema parlamentar para só então atuar eleitoral e parlamentarmente, pode estar reservada uma surpresa: se vingarem as intenções do Governo de dividir as oposições até no Congresso, a luta parlamentar perderá muito da sua eficácia, para TODOS.

O PTB parece julgar-se irreversível. O PT - louvável iniciativa da classe operária em direção à autonomia política - precisa mostrar que, politicamente, os operários teriam um mínimo de mobilização que demonstraram ao máximo nas greves por motivos econômicos.

Além disso, todos têm o desafio de se viabilizarem nacionalmente e não apenas regionalmente; e isso - a julgar pelas recentes movimentações - Não parece fácil nem rápido. As perspectivas parecem ser o isolamento ou então o crescimento indiscriminado à custa de composições. O isolamento mata por asfixia. O crescimento indiscriminado, mata por inchaço. São males de partidos que nascem artificialmente. O MDB, que nasceu assim, isolado do povo e que inchou com adesistas, não quer que se repitam nem uma coisa nem outra.

As oposições têm que ser mais conseqüentes, desde suas palavras até seus programas específicos, mas correm sérios riscos se não tocarem prioritariamente também as lutas gerais pela democratização, através de uma frente democrática.

A quem servir

O MDB passou de partido criado pelo Governo a partido que o Governo quer extinguir ou dividir. A eloquência desse fato rechaça os argumentos de que sua continuidade só iria retardar o avanço das oposições, ou de que uma frente, para ser conseqüente, não pode ser com o MDB.

É preciso ainda lembrar que não só pelas tribunas parlamentares que o MDB passou a partido temido pelo regime. O esforço de muitos oposicionistas, engajando-se nas eleições e no partido, e também, municiando o MDB com propostas de luta e possibilidades de penetração social, contaram muito.

O MDB é, portanto, resultado dos esforços de emedebistas históricos e muito oposicionistas. Jogá-lo pela janela, simplesmente, é menosprezar esses esforços e o saldo deles.

É preciso frisar, finalmente, que não se propõe a manutenção pura e simples do MDB, ou sua simples revitalização nas regiões onde puder ser canal de lutas oposicionistas mais conseqüentes. Essa proposta só tem sentido se incorporada numa proposta maior, de frente democrática das oposições.

Do contrário, sem nos esforçarmos por uma frente democrática e sem compreender sua IMPORTÂNCIA PRIORITÁRIA HOJE, podemos estar colaborando para que as reformas do governo nos levem a uma conjuntura como a mexicana, onde há muitos partidos de oposição e pouca oposição, e onde as injustiças conseguem perpetuar.

As oposições têm passado a divergir no particular como prioridade, esquecendo-se das prioritárias lutas gerais pela democratização efetiva. Ao mesmo tempo, põem-se a programar o inviável a curto prazo.

Nada melhor para o regime; nada pior para a democracia e, portanto, para os novos partidos".

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE - (Tércio Albuquerque) No horário reservado ao MDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A roda do tempo, dizem, não volta atrás. Mas, na política brasileira, tudo é possível, e a roda do tempo, na nossa política, voltou atrás e deu um giro de 15 anos para trás.

Lembrando de uma figura feita pelo ilustre Deputado Nisio Squarezzi em certa ocasião, desta tribuna, imagino alguém que, por uma doença qualquer tivesse ficado a dormir durante esses últimos quinze anos e que, abrindo os jornais do momento, ao acordar, vendo as manchetes do dia, ficaria achando que não teria dormido sequer um minuto, pois os nomes das lideranças que hoje ocupam os jornais, são os mesmos de quinze anos atrás: Ney Braga, Miguel Arraes, Brizzola, Petrônio Portela. E iríamos citando uma infinidade de nomes e, talvez, essa pessoa que por quinze anos dormira, achasse apenas a falta de Adhemar de Barros, e isso não seria segredo algum, talvez ele estivesse no Paraguai, fugitivo de algumas "chevroletadas" como ele tinha feito então; ou então, Carlos Lacerda, provavelmente nos Estados Unidos, ou Juscelino Kubitschek, em viagem à Europa, poderia justificar essa pessoa que por quinze anos dormira. Porque, no Brasil, as lideranças, nestes últimos quinze anos, não foram renovadas. Estão aí os Governadores, estão aí os Ministros para afirmarem e reafirmarem aquilo que estou a dizer.

Veria também, esse cidadão, que a UNE teve uma eleição; veria também, esse cidadão nos jornais, que as greves estão a estourar em São Paulo, Belo Horizonte e Rio Grande do Sul, enfim, em todo o País, mas veria, principalmente, esse adormecido cidadão, que a inflação, e para ele não seria surpresa alguma, a inflação neste País conseguiu bater o record e pensaria talvez fosse ele um aristocrata deste País, fosse da elite deste país, que era o momento de se derrubar João Goulart, que então deveria estar no Poder.

Mas, quinze anos se passaram, e João Goulart não é o Presidente da República.

E continuamos, Srs. Deputados, com as mesmas lideranças que eram, quando Petrônio Portella, pelo PTB, era Governador do Piauí, e se solidarizava com Jango. Continuamos com as greves tão necessárias, porque, mesmo com elas, está aí o trabalhador a morrer de fome, com um salário de dois mil e poucos cruzeiros.

É a população paranaense que está no plano plurianual do Sr. Governador, a sua maioria, a receber entre um e dois salários-mínimos.

Este homem tem que -fazer greve. Então, se a solução era derrubar João Goulart em 1.964, está provado que solução não foi. E há que se dizer também, de peito aberto, que temos de deixar desta coisa que a solução está em os militares voltarem para os quartéis. Não. É o momento dos civis e dos políticos saírem dos quartéis, porque os militares de lá nunca saíram. Foram os políticos brasileiros que, desavergonhadamente, passaram a frequentar os quartéis, vendendo aquilo que o político queria.

É o momento em que o político de lá saia, para que nós, políticos com a responsabilidade que temos, achemos soluções para este País.

Senhores Deputados, a culpa não pode ser dos trabalhadores, como diz Delfim Neto. A solução milagreira que não deu certo. Simonsem era o responsável e mesmo antes dele tínhamos Rieschbieter, em abril, conseguindo, em apenas um mês de gestão, diminuir a inflação ou contê-la com falso tabelamento a menos de três por cento.

E agora?

Onde está a culpa? O Governo apertou seu cinto, limitando os seus investimentos. O seu orçamento foi totalmente cortado, sob o argumento de que há necessidade de se combater a inflação.

O argumento que alguns comentaristas econômicos estão dando, também não me cala profundamente. Não está na pequena produção agrícola, o fenômeno da inflação de hoje, como também não acredito que esteja apenas nos juros escorchantes que os bancos estão cobrando. Não é aí que eu acredito que os políticos deveriam estudar quais as soluções.

De minha parte, acho que o grave problema deste País é vivermos num País subdesenvolvido, com festas dignas de um Imperador Bokassa. É vivermos num País com um consumo altamente sofisticado, num País de cento e dez milhões de habitantes, onde se produz apenas para dez milhões, e é fácil justificar isso. Afinal de contas, dez milhões de pessoas é mais do que um País como a Bélgica, é mais que a população da Holanda.

Incutiram a esses dez milhões de habitantes, um consumo altamente sofisticado. E a esses dez milhões, é que devemos imputar a responsabilidade pela inflação que vivemos.

Mas, há que reagir, Srs. Deputados, porque daqui a pouco será o lixo, será o gari o responsável pela inflação. Esse mesmo gari que não tem mais condições de comprar um quilo de carne, será como já vem insinuando o Sr. Delfim Neto, será o responsável pela inflação de quase oito por cento no mês de setembro, e que já se prevê superior a sete por cento no mês de outubro.

Srs. Deputados, há necessidade de revermos o modelo econômico brasileiro, inclusive porque dentro do próprio Brasil, e temos um exemplo marcante aqui no Paraná, quando um Governo apresenta um plano como o que o Governador Ney Braga está apresentando. Infelizmente, ao estudá-lo, temos que admitir que é completamente utópico. Ele é completamente enganoso. E pode nele estar contida a maior boa fé, mas não poderá nunca ser executado no Paraná, porque este Estado não é uma ilha dentro do Brasil.

Há que mudar o modelo econômico brasileiro. Há a elite de se compenetrar que não é mais possível continuar uma elite privilegiada de dez milhões de brasileiros, enquanto cem milhões estão marginalizados.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)**

Lamento interromper Vossa Excelência, porque está fazendo um pronunciamento com o qual concordo em número, gênero e causa. Apenas quando Vossa Excelência diz que o Governador Ney Braga apresenta a esta Casa um plano utópico, até aí ainda poderia concordar com Vossa Excelência.

Apenas não concordo quando Vossa Excelência diz que ele apresentou à Casa um plano enganoso. Aí eu gostaria que Vossa Excelência modificasse o adjetivo, porque não houve má fé do Governo.

O Governo está imbuído dos melhores propósitos, como Vossa Excelência acabou de reconhecer. Acontece que um plano sempre fixa a despesa e estima a receita. Talvez esta estimativa não venha a corresponder com o que o Estado realmente arrecadar. Então, o plano será realmente inexecutável, se ocorrer este comportamento da receita.

Agora, não houve absolutamente nenhuma intenção do Governador, de enganar o Poder Legislativo e o povo do Paraná. **O SR. DENI SCHWARTZ** — Concordo plenamente com o Líder da ARENA, que o termo não é enganoso, mesmo porque procurei exatamente dizer que pode ter havido a melhor boa fé, e deve ter havido dos técnicos do Governo, em remeter este documento e este plano à Casa.

O que acho ser utópico é sua exequibilidade, não tanto, inclusive por recursos, mas por estarmos dentro de um País cujo rumo é outro que não este que está contido no plano.

Mas, permitir-me-ei solicitar ao Sr. Líder, para que consinta em discutir o plano do Governo em outra oportunidade.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)**

Nobre Deputado Deni Schwartz, Vossa Excelência vem hoje à tribuna para concordar com as atividades dos eminentes Líderes da Oposição e também Líderes do Partido do Governo, quando em boa hora demonstram uma preocupação com o atual modelo econômico brasileiro. Todos nós estamos convencidos de que é preciso mudar o atual rumo do modelo econômico brasileiro.

Vossa Excelência tem feito pronunciamentos nesta Casa, e inúmeros outros Parlamentares também têm batalhado nesta mesma tecla. Recordo-me até, nobre Deputado, para oferecer um subsídio ao pronunciamento de Vossa Excelência, a frase do ex-Presidente Kennedy: "Se uma sociedade livre não puder ajudar os muitos que são pobres, certamente não salvará os poucos que são ricos".

Mas, creio que Vossa Excelência, que já discutiu inclusive na reunião com o Secretário do Planejamento, o aspecto se o plano do Governo era utópico ou não, porque o plano do Governador Ney Braga destina-se ao estabelecimento de novas metas de desenvolvimento social subordinado com o desenvolvimento econômico ao resultado social que possa ter o investimento do Estado, Vossa Excelência não anda bem quando faz essa afirmação, no meu modesto entendimento.

E digo o porquê: realmente, o modelo econômico brasileiro é concentrador. Mas é preciso alguém iniciar, e iniciar concretamente a mudança deste programa ou desta diretriz do Governo Federal.

E o Governo Ney Braga inova neste aspecto. Porque pretende iniciar uma mudança. Não adianta apenas ficarmos a denunciar os erros e os malefícios desse programa concentrador de riquezas que temos em nossa Pátria. É preciso mais. É preciso passar das palavras para a ação.

E é isto que o Governador Ney Braga, no seu plano de Governo, pretende. Creio que ele não está sendo utópico. Posso concordar com Vossa Excelência quando afirma que o programa do Governo não irá atingir a todas as suas metas, porque algumas delas dependem exatamente da orientação que o Governo Federal dará.

Concordo com Vossa Excelência, sei que não estamos vivendo no País hoje num regime praticamente de Federação, pelo contrário, todo o nosso desenvolvimento é centrado nas decisões dos técnicos burocratas de Brasília. Mas, é preciso iniciar uma mudança de governo. E o Paraná, como uma espécie de laboratório de experiência, haverá de fazer esta mudança, com o programa de Governo de Ney Braga.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do ilustre Deputado, e repito que gostaria de voltar a esse problema do plano, em época oportuna, porque acredito ser aqui exatamente o local para discutirmos isso. Mas, usando suas próprias palavras: há necessidade de se sair das palavras para entrarmos na ação.

E é por isso que, sem querer entrar em seara alheia, permito-me fazer uma observação, no mesmo tempo em que, através de um plano, tenta-se de mudar o sistema econômico, porque este plano tem uma frase, inclusive em que se fala do desenvolvimento, não apenas pelo mesmo, mas ao mesmo tempo em que se faz isso, na área mais importante deste momento político-brasileiro, que é a política, o Sr. Ney Braga, negando toda a sua tradição de liderança, vai aos jornais e muda uma posição que era, até então, a sua, para dizer: "Irei para o partido que João foi". Convenhamos, deve ter sido um lapso do Sr. Governador, porque, Líder que é, não tem necessidade de apenas dizer que seguirá os mais poderosos. Porque, através da política, aí sim, acredito que possamos mudar o sistema econômico em que vivemos. E se homens que têm liderança

liderança num Estado que tem oito por cento da população nacional; que produz dezessete por cento das divisas deste País, se ele, Líder desse Estado, levantasse sua voz, muito mais fácil seria para mudar o modelo. Infelizmente, o Senhor Governador não o fez.

Fez como muitos governadores de estados menores que querem ficar perto do sol. O Paraná não precisa ficar tão perto do sol. Como iremos provar que nos últimos anos não ficou e houve progresso.

Obrigado, Sr. Presidente.— **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**) — No horário reservado à Liderança da ARENA, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Preliminarmente desejo agradecer ao Deputado Erondy Silvério, por me permitir que utilizasse o horário reservado à Liderança da ARENA.

A minha presença é rápida; apenas como hoje e mais uma vez aqui, foi enfocado o assunto: Extinção dos partidos, a reformulação partidária, preparava-me para fazer um aparte ao eminente Deputado Fiori Luiz, quando estava na tribuna. Mas, como seu tempo acabou se esgotando e não me foi possível apartear-lo, então entendi que devesse pelo menos trazer um posicionamento, porque, a verdade é que a hora está exigindo que todos os Parlamentares tragam as suas definições, o seu entendimento, acho que era realmente a reformulação partidária um problema nacional para atenção de todos nós que estamos nesta Pátria.

Em alguns tópicos, concordo com o eminente Deputado, em outros não. Ouvi o aparte de outro representante do Município de Londrina, Deputado Tavares. Apenas entendo num aspecto: o problema da extinção da ARENA e MDB. Entendo que, o que esteja realmente o Governo pretendendo é acabar com o plebiscito.

Não vejo, assim, uma razão tão arraigada para defesa da manutenção deste e do outro partido. Porque, em verdade, nós estamos vivendo num plebiscito, tanto é que as sublegendas continuam imperando no regime brasileiro. Lamentavelmente, imperando.

E vejam os Senhores que, se nós fôssemos voltar às eleições anteriores, no próprio Município de Londrina para a Prefeitura, onde o MDB, tem ganho pela legenda, se fôssemos lembrar da recente eleição para o Senado, onde o MDB também ganhou pela legenda, na soma, chegaríamos à conclusão de que efetivamente as sublegendas acabaram transformando-se em partidos dentro de outro partido.

E daí a necessidade, que entendo, de caminharmos para o pluripartidarismo.

Agora, entendo a posição que tomam os homens da Oposição. A posição que estão tomando, é posição que nós também, grande parte dos Deputados da ARENA, estamos tomando, preocupados: é que se pretenda impor um único partido, o tal de ARENÃO, o partido oficial de Governadores, e o partido que seria, talvez, das "vacas de presépio", dentro dos Parlamentos. É contra isto que estamos efetivamente nos levantando.

Entendemos, e aliás, isso posso dizer desta tribuna, com absoluta tranquilidade, porque o Estado do Paraná, há aproximadamente dois anos, no início de 1.977, premiu-me uma entrevista, quando já defendia o pluripartidarismo e combatia veementemente o bipartidarismo que entendia, já naquela época, havia cumprido a sua missão.

Entendo que, desde que seja realmente do interesse do Governo, em dar as condições para que os políticos possam definir as suas posições; para que hoje, um Deputado da ARENA não possa dizer quase que a tese do seu partido é ser Governo ou a posição de ser contra; que o eleitor que vai votar, vai para um verdadeiro plebiscito, ele vota contra ou a favor, ele

não está votando em tese, não está votando em programática de partido político, ou é contra ou é a favor.

E, muitas vezes, como já aconteceu inclusive, em eleição municipal em Londrina, quando tivemos a última disputa com o atual Prefeito Antônio Belinatti e o Engenheiro Wilson Moreira, degladiando-se violentamente em comícios políticos do mesmo partido, mas a verdade é que os votos eram somados.

Então, muita gente que era contra um do mesmo partido e votava no outro, ele acabava votando enganosamente, porque o seu voto acabava sendo computado para o candidato que ele não queria.

Então, entendo que o grande mal, efetivamente hoje seja a sublegenda, precisamos, então, encontrar a solução de acabar com a sublegenda, e não, ainda, de ficarmos estarelecidos, quando temos notícia que se pretende criar um Partido dos Governadores, o tal ARENÃO, e dentro desse partido, ainda, cogita-se da possibilidade da sublegenda.

Neste ponto, entendo que se é para ser assim, vamos deixar como está para ver como é que fica. Porque vamos cair no mesmo caminho. Vamos simplesmente fazer uma transformação de nomes, porque não vamos a lugar nenhum. Esta é a posição que venho sustentar, porque entendo, Srs. Deputados que, na verdade, nós estamos batalhando a respeito, se é justa a extinção de ARENA ou MDB ou não, entendo que a manutenção dos dois partidos, com a criação de um terceiro ou quarto, seria, no meu entendimento, política, altamente prejudicial, porque simplesmente e tão somente, iria fazer com que tivéssemos a participação de descontentes desta ou daquela agremiação, de não sintonizados aqui ou ali.

O problema de se levantar nomes de líderes que foram criados mais através dos veículos de divulgação, de Brizollas, Arraes, ou coisa parecida, entendo que este é um problema que cabe ao povo o julgamento.

No surgimento de um partido político não tenho culpa se Ivete Vargas, Brizolla, ou Arraes, qualquer um deles, pretende ou entende, que deva criar um partido político, que se diga Líder e que possa ter os seus liderados.

Isto me parece também, vai competir que o próprio povo faça o seu futuro julgamento.

A minha posição, desta tribuna, eu a trago neste sentido: entendo que a preocupação que os Senhores do Movimento Democrático Brasileiro têm. Entendo-a nesse sentido. E a mesma preocupação que os Senhores estão tendo, posso lhes dizer, é uma preocupação que muitos da Aliança Renovadora Nacional, hoje, têm. Não só aqui, mas em todas as esferas, com problemas não só aqui, mas em todo o Estado do Paraná, em todo o Território nacional.

Mas, entendo que se os homens públicos passarem a tomar as suas posições, passarem a exigir, de suas tribunas, o direito da participação, da participação no partido que lhes convenha, da linha que lhes diga respeito, tenho a impressão que poderemos chegar a um pluripartidarismo puro e verdadeiramente democrático.

Era a minha palavra por ora. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, devidamente apoiado, constante do expediente. Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 75/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 82/79), que aprova convênios celebrados

entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses, que com a participação de Órgãos que especifica, objetiva a realização de obras visando o desenvolvimento urbano dos referidos municípios. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 76/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 86/79), que aprova termos aditivos a convênios celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios de Mandirituba e Rio Branco do Sul, que com a intervenção e participação de Órgãos que especifica, objetiva a realização de serviços voltados ao desenvolvimento urbano daqueles municípios. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 77/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 71/79), que aprova os termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado e municípios nominados, que com a intervenção de Órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 78/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 80/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Curitiba, que com a intervenção da Companhia de Urbanização de Curitiba - URBS —, objetiva a alocação de recursos para implantação da Cidade Industrial de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 79/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 79/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, e o Município de Arapongas, objetivando a implantação de uma Unidade de Preparação de Mão-de-Obra - UPMO —, em imóvel de propriedade do Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 80/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 81/79), que aprova termos aditivos ao convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Bocaiúva do Sul, que com a participação da COMEC, objetiva a aplicação de recursos financeiros em obras de desenvolvimento do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 81/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 90/79), que aprova convênios de auxílio e cooperação, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e municípios nominados, que com a intervenção de Órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.— Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 88/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 21/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São

João do Caiuá, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 89/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (Mens. Govern. n.º 84/79), que aprova o termo de renovação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Araucária, através da Secretaria do Planejamento, e intervenção de Órgãos que especifica, visando a realização de obras com vistas ao desenvolvimento urbano do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 90/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (Mens. Govern. n.º 85/79), que aprova o termo de acordo celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Curitiba que com a participação de Órgãos que especifica, objetivando a implantação do Parque Regional do Iguaçu. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 95/79 - de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. n.º 72/79 e 95/79), que objetiva solucionar a situação de Servidores Admitidos com base na Lei n.º 6.508, de 13/12/73, inclusive dos Professores Suplementaristas, na forma e condições que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e de C.F., por unanimidade.—

PROJETO DE LEI N.º 95/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Os atuais professores suplementaristas, regidos pela Lei n.º 6.508, de 13 de dezembro de 1973, e pelo Decreto n.º 5.012, de 05 de fevereiro de 1974, que contem, na data desta lei, pelo menos dois anos de exercício nessa categoria, ministrando aulas nos estabelecimentos da rede de ensino do Estado nos termos do parágrafo 2.º, do artigo 2.º, do Decreto n.º 1.495, de 16 de janeiro de 1976 e que não sejam ocupantes de cargo público a qualquer título, passam a integrar o Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, transformar as atuais funções de Professor Suplementarista em igual número de cargos, extintos quando vagarem, observada a correspondência estabelecida na Tabela anexa.

Art. 2.º — Os professores cuja situação funcional for alterada por esta lei, serão lotados em estabelecimento de ensino onde já estão lecionando, enquadrando-se na forma da Tabela anexa, conforme a sua atual carga horária, obedecidos os limites de 10, 15 e 22 aulas semanais.

Parágrafo único. Para fins de enquadramentos consideram-se carga horária de 10 aulas semanais para os professores suplementaristas aos quais foram atribuídas de 6 a 10 aulas semanais; de 15 aulas aos professores aos quais foram atribuídas mais de 10 até 15 aulas; de 22 aulas semanais aos professores aos quais foram atribuídas mais de 15 aulas semanais.

Art. 3.º — Os professores suplementaristas, registrados no Ministério da Educação e Cultura e portadores de diploma de licenciatura ao nível de graduação com duração plena, terão enquadramento nos níveis 18, 22 ou 26, segundo a respectiva carga horária; os portadores de diploma de licenciatura ao nível de graduação com duração curta, terão enquadramento nos níveis 16, 19 e 24, segundo a respectiva carga horária; os não portadores de diploma de licenciatura em nível superior,

mas portadores de registro definitivo no Ministério da Educação e Cultura, terão seu enquadramento nos níveis 9, 18 e 22, segundo a respectiva carga horária.

§ 1.º — Aos professores com Licenciatura Plena, enquadrados no nível 26, será paga uma diferença mensal de Cr\$... 365,37 (trezentos e sessenta e cinco cruzeiros e trinta e sete centavos), aos professores com Licenciatura Curta, enquadrados no nível 24, será paga uma diferença mensal de Cr\$ 112,29 (cento e doze cruzeiros e vinte e nove centavos) e aos enquadrados no nível 19, será paga uma diferença mensal de Cr\$... 253,42 (duzentos e cinquenta e três cruzeiros e quarenta e dois centavos), diferenças essas que deverão ser absorvidas com o primeiro reajuste de vencimentos.

§ 2.º — Os professores enquadrados na forma deste artigo, continuarão recebendo de acordo com o número de aulas semanais atualmente designadas até que seja possível a designação, por ato da Secretaria da Educação, de aulas que completem a carga-horária prevista para o nível de vencimentos no qual o professor foi enquadrado, de modo que não haja acréscimo imediato de despesas para o Tesouro do Estado nem redução de rendimento mensal desses servidores.

Art. 4.º — Os atuais integrantes das Tabelas de Pessoal Suplementar de que trata a Lei n.º 6.508, de 13 de dezembro de 1.973, regulamentada pelo Decreto n.º 4.766, de 14 do mesmo mês e ano, que contem, na data desta lei, pelo menos dois anos de exercício nessa categoria, passam a integrar o Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, na forma do

Anexo que constitui parte integrante desta lei.

§ 1.º — Para o cumprimento das disposições deste artigo, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, transformar as atuais funções do Pessoal Suplementar em igual número de cargos, extintos quando vagarem, observada a correspondência estabelecida no Anexo.

§ 2.º — Os servidores cuja situação funcional for alterada por este artigo ficam sujeitos a uma jornada semanal de trinta e duas horas e meia de trabalho, assegurado aos que tiverem a jornada de trabalho e os vencimentos reduzidos, o direito de perceberem horas extraordinárias na forma que dispõe o Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado.

Art. 5.º — Para os enquadramentos de que trata esta lei, deverá o servidor preencher os requisitos do artigo 22, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970.

Art. 6.º — O pessoal atingido pelas disposições desta lei passa a ser regido pelo Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, (Lei n.º 6.174/70).

Art. 7.º — O tempo de serviço prestado pelo regime da Lei n.º 6.508/73, será contado em dias de exercício, transformado em ano, mês e dias, e reconhecido para todos os efeitos legais, a partir da data do ato administrativo declaratório do direito.

Art. 8.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1.979.

(a) PODER EXECUTIVO.

ANEXO

TABELA A QUE SE REFERE O ARTIGO 1.º

CARGO	CARGA HORÁRIA		
	10	15	22
Professor - Licenciatura Plena	Nível 18	Nível 22	Nível 26
Professor - Licenciatura Curta	Nível 16	Nível 19	Nível 24
Professor - Não Licenciado	Nível 09	Nível 18	Nível 22

TABELA A QUE SE REFERE O ARTIGO 4.º

SITUAÇÃO ATUAL COMO P.S. NO REGIME DA LEI Nº 6.508/73.		SITUAÇÃO PROPOSTA COMO INTEGRANTE DA PARTE SUPLEMENTAR DO QUADRO ÚNICO DO PODER EXECUTIVO	
CATEGORIA	SÍMBOLO	CLASSE ÚNICA	NÍVEL
Braçal	P.S.1.1	Auxiliar de Serviços	04
Braçal	P.S.1.2	Diversos	
Braçal	P.S.1.3		
Serviços Auxiliares	P.S.2.1	Auxiliar de Escritório	12
Serviços Auxiliares	P.S.2.2		
Serviços Auxiliares	P.S.2.3		
Serviços Profissionais	P.S.3.1	Auxiliar de Serviços Profissionais	18
Serviços Profissionais	P.S.3.2		
Serviços Profissionais	P.S.3.3		

PROJETO DE LEI N.º 95/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Os atuais professores suplementaristas, regidos pela Lei n.º 6.508, de 13 de dezembro de 1973, e pelo Decreto n.º 5.012, de 05 de fevereiro de 1974, que contem, na data desta lei, pelo menos dois anos de exercício nessa categoria, ministrando aulas nos estabelecimentos da rede de ensino do Estado, nos termos do § 2.º, do artigo 2.º, do Decreto n.º 1.495, de 16 de janeiro de 1976, e que não sejam ocupantes de cargo público a qualquer título, passam a integrar o Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo.

§ 1.º — Ao ocupante de cargo público estadual que preencher os requisitos deste artigo, ou que se achar, há pelo menos dois anos, ministrando aulas de acordo com o que dispõe o § 1.º, do artigo 2.º, do Decreto n.º 1.495, de 16 de janeiro de 1976, é facultado optar pelo enquadramento no cargo de professor, previsto nesta Lei, desde que manifeste, dentro de 60 (sessenta) dias, seu pedido de enquadramento e de exoneração do cargo que ocupa.

§ 2.º — Para cumprimento do disposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, transformar as atuais funções de professor de que trata este artigo em igual número de cargos, extintos quando vagarem, observada a correspondência estabelecida na Tabela anexa.

Art. 2.º — Os professores cuja situação funcional for alterada por esta lei serão lotados em estabelecimento de ensino onde já estão lecionando, enquadrando-se, na forma da Tabela anexa, nos limites de 10, 15 e 22 aulas semanais, conforme a sua carga horária atual, ou pela média aritmética da verificada nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data desta lei, mediante opção a ser exercida dentro de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único — Para fins de enquadramento, considera-se carga horária de 10 aulas semanais para os professores que na forma deste artigo tenham asseguradas de 6 a 10 aulas semanais; de 15 aulas semanais, aos que tenham asseguradas mais de 10, até 15 aulas; e de 22 aulas semanais aos que tenham asseguradas mais de 15 aulas semanais.

Art. 3.º — Os professores de que trata o artigo 1.º, registrados no Ministério da Educação e Cultura e portadores de diploma de licenciatura ao nível de graduação com duração plena, terão enquadramento como Professor - Licenciatura Plena; os portadores de diploma de licenciatura ao nível de graduação com duração curta terão enquadramento como Professor - Licenciatura Curta; e os não portadores de diploma de licenciatura em nível superior, mas portadores de registro definitivo no Ministério da Educação e Cultura, terão enquadramento como Professor - Não Licenciado, todos com os vencimentos fixados na Tabela anexa, segundo a respectiva carga horária.

Parágrafo único — Os professores enquadrados na forma deste artigo continuarão recebendo de acordo com o número de aulas semanais atualmente designadas, de modo que não haja acréscimo imediato de despesa para o Tesouro do Estado, nem redução de rendimento mensal desses servidores, até que seja possível, por ato do Secretário da Educação, adaptar a carga horária prevista para o nível de vencimentos no qual o Professor tiver sido enquadrado.

Art. 4.º — Os atuais integrantes das Tabelas de Pessoal Suplementar de que trata a Lei n.º 6.508, de 13 de dezembro de 1973, regulamentada pelo Decreto n.º 4.766, de 14 do mesmo mês e ano, que contem, na data desta lei, pelo menos dois anos de exercício nessa categoria, passam a integrar o Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, na forma do Anexo que constitui parte integrante desta lei.

§ 1.º — Para o cumprimento das disposições deste artigo, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, transformar as atuais funções do Pessoal Suplementar em igual número de cargos, extintos quando vagarem, observada a correspondência estabelecida no Anexo.

§ 2.º — Os servidores cuja situação funcional for alterada por este artigo ficam sujeitos a uma jornada semanal de trinta e duas horas e meia de trabalho, assegurado aos que tiverem a jornada de trabalho e os vencimentos reduzidos, o direito de perceberem horas extraordinárias na forma que dispõe o Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado.

Art. 5.º — Para os enquadramentos de que trata esta lei, deverá o servidor preencher os requisitos do artigo 22, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 6.º — O pessoal atingido pelas disposições desta lei passa a ser regido pelo Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado (Lei n.º 6.174/70).

Art. 7.º — O tempo de serviço prestado pelo regime da Lei n.º 6.508/73 será contado em dias de exercício, transformado em ano, mês e dias, e reconhecido para todos os efeitos legais, a partir da data do ato administrativo declaratório do direito.

Art. 8.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1979.

(a) PODER EXECUTIVO

A N E X O

TABELA A QUE SE REFEREM OS ARTIGOS 1.º, 2.º e 3.º

CARGOS	NÚMERO DE AULAS SEMANAIS E VENCIMENTOS MENSAIS		
	22	15	10
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Professor Licenciatura Plena	7.190,00	4.902,00	3.268,00
Professor Licenciatura Curta	6.109,00	4.165,00	2.776,00
Professor Não Licenciado	5.028,00	3.428,00	2.285,00

TABELA A QUE SE REFERE O ARTIGO 4.º

SITUAÇÃO ATUAL COMO P.S. NO REGIME DA LEI Nº 6.508/73		SITUAÇÃO NOVA COMO INTEGRANTE DA PARTE SUPLEMENTAR DO QUADRO ÚNICO DO PODER EXECUTIVO	
CATEGORIA	SÍMBOLO	CLASSE ÚNICA	NÍVEL
Braçal	P.S. 1.1	Auxiliar de Serviços Diversos	04
Braçal	P.S. 1.2		
Braçal	P.S. 1.3		
Serviços Auxiliares	P.S. 2.1	Auxiliar de Escritório	12
Serviços Auxiliares	P.S. 2.2		
Serviços Auxiliares	P.S. 2.3		
Serviços Profissionais	P.S. 3.1	Auxiliar de Serviços Profissionais	18
Serviços Profissionais	P.S. 3.2		
Serviços Profissionais	P.S. 3.3		

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 95/79

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Projeto de Lei n.º 95/79, tem por finalidade solucionar a aflitiva situação dos servidores admitidos com base na Lei n.º 6.508, de 13/12/73, inclusive dos Professores Suplementaristas, dispondo que os mesmos passem a ser regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado, integrando o Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, na forma e condições que especifica. Anexo ao processo, encontramos a Mensagem Aditivo n.º 95/79, encaminhando novo anteprojeto de lei acrescentando de mais um parágrafo o artigo 1.º. Tal aditivo foi consequência de requerimento aprovado, em sessão plenária, por esta Casa, atendendo a critérios inspiradores de justiça social, sem deformar o espírito da Mensagem.

Sob o aspecto legal e constitucional, a matéria encontra amparo na Constituição do nosso Estado, que estabelece em seus arts. 25 - § 1.º e 47 inciso I, a competência para iniciar processo legislativo sobre a matéria referente ao funcionalismo público.

A exposição de motivos que acompanha a Mensagem Governamental, dos Excelentíssimos Senhores Secretários da Educação e de Recursos Humanos, fornece os elementos que justificam plenamente a medida ora proposta e que virá solucionar o angustiante problema de milhares de servidores públicos admitidos com base na Lei n.º 6.508, de 13/12/73.

Não há como deixar de reconhecer o extraordinário conteúdo social desta iniciativa do Senhor Governador do Estado. Milhares de professores suplementaristas serão efetivados no serviço público estadual e, conseqüentemente, ocorrerá a eliminação de sérios e permanentes riscos a que se expuseram, repetidamente, durante vários anos, os profissionais da área educacional. Trata-se, aliás, de antiga reivindicação, finalmente, e em boa hora, atendida pelo Governo do Estado. É valioso acrescentar o atendimento a outros servidores que compõem o Quadro de Pessoal Suplementar, muitos deles, com remuneração inferior, e bastante, ao próprio salário-mínimo vigente no Estado do Paraná.

Como exemplo marcante, vale destacar as dificuldades vividas, particularmente, por homens e mulheres que trabalham em prédios da rede oficial de ensino, como zeladores. Dentre tantas, essas razões precisam ser destacadas, independentemente da manifestação da Comissão de Recursos Humanos deste Poder.

Manifesto, pois, meu parecer favorável à presente matéria. Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1979.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

AIRTON CORDEIRO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Voto em Separado ao Parecer ao

Projeto de Lei n.º 95/79

A Mensagem Governamental n.º 72/79, chegou à Assembleia Legislativa do Paraná no final do mês de junho, visando corrigir as distorções provocadas pela vigência da Lei n.º 6.508, de 13/12/73. A simples vinda de tal Mensagem causou um alvoroço tão grande no seio do Magistério paranaense, mobilizando as entidades classistas, que o Governo Estadual se viu obrigado a enviar, em seguida, a Mensagem n.º 95/79, contendo emendas à Mensagem original.

A iniciativa governamental prova, à primeira vista, as incongruências contidas em seu bojo.

Vejamos: a Constituição Estadual, em seu artigo 138, § único, reza: "O magistério estadual será organizado em Estado próprio, mediante lei".

O Estatuto do Magistério Público do Ensino de primeiro e segundo graus do Paraná, estabelecido pela Lei Complementar n.º 07/76, de 22/12/76, determina, em seu artigo 1.º que:

"Art. 1.º — O presente Estatuto organiza o Magistério Público do ensino de primeiro e segundo graus, estrutura as respectivas séries de classes, nos termos da Lei Federal n.º 5692, de 11/08/71, e estabelece o regime jurídico do pessoal do Magistério Público vinculado à administração do Estado do Paraná".

Ora, a Lei n.º 5692, de 11/08/71, em seu artigo 35 diz: "Não haverá qualquer distinção, para efeitos didáticos e técnicos, entre os professores e especialistas, subordinados ao regime das leis do trabalho e os admitidos no regime de serviço público".

Já o artigo 36 estabelece: "Em cada sistema de ensino, haverá um estatuto que estruture a carreira de magistério de primeiro e segundo graus, com acessos graduais e sucessivos, regulamentando as disposições específicas da presente lei e complementando-as no quadro da organização própria do sistema".

Portanto, a Lei n.º 5692/71 apenas aceita dois regimes para o Magistério Público do Ensino de primeiro e segundo graus: 1) O Estatuto do Magistério e 2) o regime das leis do trabalho.

A Mensagem Governamental, em seu artigo 1.º, não atende às disposições da legislação superior vigente, seja a Constituição Estadual, seja a Lei Complementar n.º 7/76, seja a Lei n.º 5692/71.

Acresce mais, que o artigo 23 da Constituição Estadual estabelece uma hierarquização no processo legislativo:

"Art. 23 — O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I — Emenda à Constituição;
- II — Leis Complementares à Constituição;
- III — Leis Ordinárias;
- IV — Leis Delegadas;
- V — Decretos Legislativos;
- VI — Resoluções."

Por sua vez, o artigo 26, da mesma Constituição Estadual, em seu parágrafo único, define as atuais leis complementares:

"Art. 26 —

- Parágrafo único — 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —
- 6 — O Estatuto do Magistério;
- 7 —
- 8 —
- 9 —"

Ora, estabelecendo a Constituição Estadual uma hierarquização no processo legislativo e havendo uma Lei Complementar definindo o Estatuto do Magistério e este, baseado na Lei Federal n.º 5692/71, determine o Quadro Próprio do Magistério, conclui-se que tal hierarquia não pode ser atropelada pela proposta ora em análise.

Portanto, legal, constitucional e lógico será situar, tão somente, o Professor regido pela Lei n.º 6508/73, nas condições previstas pela Lei Complementar n.º 7/76.

Pelo exposto, em nosso voto em separado ao Projeto de Lei oriundo da Mensagem n.º 95/79, apresentamos um substitutivo geral, anexado a este parecer.

No tocante à situação de outros servidores do Quadro de Pessoal Suplementar não abrangido pela Lei Complementar n.º 7/76, igualmente espoliados na prestação de serviços de sua mão-de-obra, durante tantos anos, ao arrepio das leis sociais, entendemos que os dispositivos governamentais, propostos na presente Mensagem devem merecer acolhimento, por ser de absoluta justiça, embora tardia, justificando, inclusive a exigência do pagamento das diferenças salariais, ao longo do tem-

po, quando percebiam remuneração inferior ao salário-mínimo vigente.

É o nosso voto.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1979.

aa) RENATO BERNARDI, FIDELCINO TOLENTINO,
DENI SCHWARTZ, NELTON FRIEDRICH,
JOSÉ TAVARES e WALDYR PUGLIESI

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 95/79

Art. 1.º — Os Professores que, até à vigência desta lei, ministraram nos estabelecimentos da rede oficial de Ensino do Estado, pelo menos dois anos de aulas extraordinárias ou suplementares, mesmo não lecionando há até cinco anos a contar da data da aprovação desta lei, terão direito de transformar suas aulas excedentes em um cargo de Professor ou de Especialista de Educação, correspondente a uma carga horária de 10, 15 ou de 22 horas semanais, independentemente do número de aulas ministradas.

Art. 2.º — Os cargos do pessoal do magistério habilitado, obtidos pelas disposições desta lei, passam a integrar o Quadro Próprio do Magistério, e seus detentores serão regidos pelo Estatuto do Magistério (Lei Complementar n.º 7, de 22 de dezembro de 1976), com vencimentos correspondentes às suas habilitações e proporcionais à carga horária por que cada um optar; os professores não habilitados integrarão o Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo com vencimentos correspondentes ao nível 26 ou 22 para uma carga horária de 22 horas, conforme detenham ou não curso superior, e proporcionais para as demais cargas horárias.

§ 1.º — O professor não portador de diploma de licenciatura em nível superior, mas detentor de registro definitivo no Ministério de Educação e Cultura terá o cargo equivalente à classe "C", nível de vencimentos 3, do Quadro Próprio do Magistério.

§ 2.º — Os professores não habilitados serão regidos pelo Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, assegurando-lhes, porém, o direito de lecionar e de gozarem sessenta dias de férias anuais, na forma do artigo 56 do Estatuto do Magistério.

Art. 3.º — Os atuais professores terão seus cargos, decorrentes desta lei, lotados em estabelecimentos de ensino onde estão lecionando; os demais professores escolherão o estabelecimento em que serão lotados com base na classificação por tempo de serviço de aulas excedentes.

Art. 4.º — Os integrantes das Tabelas de Pessoal Suplementar de que trata a Lei n.º 6508, de 13 de dezembro de 1973, regulamentada pelo Decreto n.º 4766, de 14 do mesmo mês, que contém, na data desta lei, pelo menos dois anos de atividade remunerada no Estado, e não estejam deste afastados há mais de cinco anos, passam a integrar o Quadro Único do Pessoal do Poder Executivo, na forma do anexo que constitui parte integrante desta lei e serão lotados os que estão atuando, onde exercem suas atividades, e os demais, sob escolha, com base na classificação por tempo de serviço no Estado.

Parágrafo Único — Os servidores cuja situação funcional for alterada por este artigo ficam sujeitas a uma carga horária semanal de trinta e duas horas e meia de trabalho, assegurando aos que tiverem a carga horária e os vencimentos reduzidos, o direito de perceberem horas extraordinárias na forma disposta pelo Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, sob que passarão a serem regidos.

Art. 5.º — Para o cumprimento desta lei, fica o chefe do Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, transformar as atividades do Magistério exercidas pelos Professores e pelos Especialistas de Educação e as funções dos integrantes das Tabelas de Pessoal Suplementar, ora amparadas em tantos cargos quantos forem necessários que serão extintos à medida que vagarem.

Art. 6.º — O tempo de serviço relativo às aulas excedentes e às funções do Pessoal Suplementar será reconhecido para todos os efeitos legais a partir da data do ato administrativo declaratório de direito.

Art. 7.º — Esta lei entrará em vigor, independentemente da regulamentação, na data em que for publicada, revogadas as disposições em contrário.

Anexo ao que se refere ao Artigo 4.º

Situação atual como P.S. no regime da Lei 6508/73		Situação proposta como integrante da parte suplementar do Quadro Único do Poder Executivo.	
Categoria	Símbolo	Classe única	Nível
Braçal	P.S. 1.1	Auxiliar de serviços diversos	04
Braçal	P.S. 1.2		
Braçal	P.S. 1.3		
Serviços auxiliares	P.S. 2.1	Auxiliares de escritório	12
Serviços auxiliares	P.S. 2.2		
Serviços auxiliares	P.S. 2.3		
Serv. Profissionais	P.S. 3.1	Auxiliares de serviços Profissionais	
Serv. Profissionais	P.S. 3.2		
Serv. Profissionais	P.S. 3.3		

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 95/79

Originário da Mensagem Governamental n.º 72/79, o presente projeto de lei, tem por finalidade solucionar a situação dos servidores admitidos com base na Lei n.º 6.508, de 13 de dezembro de 1973, inclusive dos Professores Suplementaristas, dispondo que os mesmos passem a ser regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, e dá outras providências.

Sobre a matéria houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, opinando favoravelmente quanto ao aspecto legal e constitucional à Mensagem aditiva n.º 95/79 do Poder Executivo, encaminhando novo anteprojeto de lei, acrescendo de mais um parágrafo o art. 1.º da referida Mensagem originária.

No âmbito desta Comissão de Finanças, analisando-se o aspecto financeiro, temos que o projeto, segundo justifica a Mensagem, foi elaborado obedecendo a criterioso estudo realizado através dos órgãos competentes da Administração, observando-se a atual conjuntura existente.

Nestas condições, opinamos pela sua APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de outubro de 1979.

aa) AGUIALDO PEREIRA LIMA — Presidente
GABRIEL MANOEL — Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 1 (uma) sessão.

Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 117/79, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. n.º 91/79), que autoriza o Poder Executivo subscrever aumento de capital da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, mediante a incorporação de imóvel que especifica, de propriedade do Estado, situado em Jandaia do Sul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 117/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a subscrever um aumento de capital da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR, mediante a integralização pela incorporação de um imóvel constituído por um terreno com 2.659,25 m², destacado da Quadra 30, do perímetro urbano da cidade de Jandaia do Sul, com frente para a Rua Senador Souza Naves, de propriedade do Estado do Paraná, conforme transcrição de ordem n.º 4.535, fls. 215, do livro 3-G, do Registro Geral de Imóveis e Hipotecas - 1.º Ofício da Comarca de Jandaia do Sul.

Parágrafo único — A medida de que trata este artigo será precedida de avaliação e preenchimentos das demais formalidades legais exigíveis.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de agosto de 1979.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 117/79

Indiscutivelmente de competência privativa do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, não há, sobre a medida, qualquer óbice de natureza legal ou constitucional que se lhe possa opor.

No que tange à sua oportunidade e finalidade, queremos crer que a Mensagem Governamental, por si só, justifica-se, ao atendermos o fato de que, no imóvel em questão, já funcionava estação de tratamento de água e reservatório que servem a Jandaia do Sul.

Nestas condições, nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1979.

aa) GILBERTO CARVALHO - Presidente
JOÃO ELÍSIO - Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 130/79, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a "Congregação dos Oblatos de São José", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 130/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "CONGREGAÇÃO DOS OBLATOS DE SÃO JOSÉ", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1979.

a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche a finalidade de procurar a salvação das almas mediante o sagrado ministério das paróquias e missões, instalar e manter escolas profissionais e colégios de instrução, orfanatos, dispensários e outras instituições de caráter assistencial em qualquer ponto do País.

A obra não distribuirá lucros, dividendos ou vantagens outras, de qualquer espécie aos seus sócios, benfeitores, mantenedores e dirigentes.

Na verdade, tem seu estatuto social devidamente registrado no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, e está em regular funcionamento há mais de um (01) ano.

Isto posto, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos nobres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e a final aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 130/79

De autoria do Senhor Deputado GILBERTO CARVA-

LHO, o presente projeto de lei, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "CONGREGAÇÃO DOS OBLATOS DE SÃO JOSÉ", com sede e foro nesta Capital.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pelas legislações federal e estadual reguladoras da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1979.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
AIRTON CORDEIRO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 134/79, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. n.º 102/79), que acresce ao artigo 9.º, da Lei n.º 1384, de 10/11/53, parágrafo com redação que especifica, possibilitando à COPEL, participar na busca de soluções ao problema energético. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 134/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica acrescentado ao artigo 9.º, da Lei n.º 1.384, de 10 de novembro de 1953, um parágrafo com a seguinte redação:

"Parágrafo único — A sociedade constituída na conformidade do presente artigo poderá, ainda, por si, ou por sociedade de que vier a participar:

a) - pesquisar e estudar, dos pontos de vista técnico e econômico, quaisquer fontes de energia;

b) - pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, a transformação, o transporte, o armazenamento, a distribuição e o comércio de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica, de combustíveis e de matérias-primas energéticas;

c) - estudar, planejar, projetar, construir e operar barragens e seus reservatórios, bem como outros empreendimentos, visando ao aproveitamento múltiplo das águas;

d) - prestar serviços de informações e assistência técnica, quanto ao uso racional da energia, a iniciativas empresariais que visem à implantação e desenvolvimento de atividades econômicas de interesse para o desenvolvimento do Estado."

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1979.

a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 134/79

Através da Mensagem n.º 102/79, o Poder Executivo propõe acrescentar ao artigo 9.º, da Lei n.º 1384, de 10 de novembro de 1953, parágrafo com redação que especifica.

A presente iniciativa tem suporte nas atribuições constitucionais conferidas ao Governador, arroladas no art. 47, da Carta e seu articulado atende às exigências regimentais, pelo que opino FAVORAVELMENTE ao prosseguimento do trâmite da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1979.

a) GILBERTO CARVALHO — Presidente e Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 140/79, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. n.º 113/79), que dispõe sobre a extinção das Delegações de Controle existentes junto às Autarquias Estaduais. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 140/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Ficam extintas as Delegações de Controle existentes junto às Autarquias Estaduais.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1979.

a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 140/79

O Senhor Governador encaminha Mensagem, transformada no projeto de lei ora em exame, que visa a extinguir as Delegações de Controle junto às Autarquias Estaduais.

A medida vem perfeitamente justificada na exposição de motivos que a acompanha e, por isso, nos convence de sua oportunidade.

Quanto ao aspecto constitucional e legal, a matéria está conforme.

Pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1979.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

PAULO CAMARGO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 140/79

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 113/79, o presente projeto de lei, tem por finalidade a extinção das Delegacias de Controle existentes junto às Autarquias Estaduais.

Sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, houve o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, chamada a opinar sobre o aspecto financeiro, temos que a medida vem justificada na exposição de motivos que a acompanha e, por isso nos convence de sua oportunidade, razão pela qual, nada há que impeça a sua tramitação.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de outubro de 1979.

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — Presidente e Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 141/79, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. n.º 114/79), que introduz alterações na Legislação Estadual vigente, relativa ao Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP), para execução do referido Plano no período 1980 a 1985. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

PROJETO DE LEI N.º 141/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Os parágrafos 1.º e 2.º, do artigo 5.º, da Lei n.º 6.568, de 24 de junho de 1974, alterados pela Lei n.º 6.888, de 06 de julho de 1977, passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1.º — Sem prejuízo do disposto no “caput” deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a contrair, de acordo com as normas operacionais do B.N.H., empréstimos até o valor de 7.279.000 UPC (sete milhões, duzentos e setenta e nove mil Unidades Padrão de Capital do B.N.H.), para atender às responsabilidades financeiras do Estado com a execução do PLANHAP, no período 1980-1985.

§ 2.º — Fica igualmente autorizado o Poder Executivo a garantir os empréstimos concedidos pelo B.N.H., a entidades da Administração Indireta do Estado, às COHABs e Muni-

cípios, para investimentos vinculados ao PLANHAP, no período referido no parágrafo anterior.”

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor a 1.º de janeiro de 1980, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1979.

a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 141/79

Pelo presente plano de lei, visa o Poder Executivo obter deste Legislativo autorização para contrair e garantir empréstimos destinados a custear o prosseguimento da parte relativa ao Estado do Paraná na execução do Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP), no período compreendido entre 1980 a 1985.

A mensagem, da mais alta relevância social, pois visa, principalmente o atendimento do problema habitacional para as famílias de baixa renda, não fere qualquer dispositivo de ordem legal ou constitucional, pois atende ao disposto no art. 21, inciso III, da Constituição Estadual, que torna imperativa a autorização da Assembléia Legislativa, para a efetivação da operação de crédito que se faz necessária.

Nestas condições nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1979.

aa) GILBERTO CARVALHO - Presidente

PAULO CAMARGO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 141/79

Originário da Mensagem Governamental n.º 114/79, o presente projeto de lei, tem por finalidade introduzir alterações na Legislação Estadual vigente, relativa ao Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP), para execução do referido Plano no período de 1980 a 1985.

Sobre a matéria houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, opinando favoravelmente sob o seu aspecto constitucional.

No âmbito desta Comissão de Finanças, analisando-se o aspecto financeiro, temos que o Projeto, segundo justifica a mensagem, foi elaborado obedecendo a criterioso estudo realizado através dos órgãos competentes da administração.

Nestas condições, o nosso parecer é pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de outubro de 1979.

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — Presidente e Relator

— Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — A Mesa concede a palavra, para discutir, ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em mãos, para a apreciação desta Casa, a Mensagem do Poder Executivo, introduzindo alterações na Legislação Estadual vigente, relativas ao Plano Nacional de Habitação Popular.

A Mensagem Governamental, Sr. Presidente, Srs. Deputados, visa fundamentalmente dois objetivos básicos, segundo os próprios dizeres da Mensagem:

No item 1.º — a redação gradual até a sua eliminação do déficit habitacional para famílias de baixa renda, no máximo, 5 salários-mínimos mensais.

E como segundo objetivo, já no corpo do próprio anteprojeto de lei, no seu artigo 1.º, objetiva claramente estender, para o período de 1980 a 1985, a autorização do Poder Legislativo para que o Poder Executivo contraia empréstimos de acordo com as normas operacionais do Banco Nacional de Habitação, até o valor de 7 milhões, 279 mil UPCs. Como a unidade

padrão de capital do BNH está hoje cotado em Cr\$ 428,28, nós estaremos, ao aprovar esta Mensagem Governamental, autorizando o Poder Executivo a fazer durante este quinquênio, um saque financeiro junto ao Sistema Habitacional Financeiro, na importância de Cr\$ 31.174.201.200,00, equivalente a um orçamento e meio do Estado do Paraná, orçamento vigente no ano de 1.979.

No corpo justificativo da Mensagem, Sua Excelência o Governador do Estado, admite, como proposta concreta, a construção de 160.000 unidades residenciais em conjuntos habitacionais, a comercialização de 20.000 lotes urbanos, a ampliação ou a reforma de 20.000 unidades habitacionais, e a construção de centros comerciais, culturais e sociais, num montante de 80 unidades.

Parece-me fundamental, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que uma matéria desta relevância deva merecer, como está merecendo da Casa, a devida apreciação, uma vez que está se mexendo numa das formas mais típicas de angústia e de estrangulamento social por que passa hoje o Estado do Paraná.

Nós vamos observando que, se olharmos para a situação das relações de trabalho no Estado, com a decantada figura do bóia-fria hoje, segundo palavras do próprio Governador do Estado, estando pela casa das 750.000 pessoas, mas, se, de outro lado, voltarmos nossa atenção para os centros urbanos médios e grandes, num universo demográfico a nível paranaense de quase 9.000.000 de habitantes, concluímos que o Estado do Paraná carrega hoje, no seu corpo demográfico, um total de 2.000.000 de paranaenses, subempregados, empregados eventualmente ou desempregados.

E é claro, é evidente, que esta situação social vem criando uma área de constrangimento social nas cidades médias e grandes, representadas pelo anel de pobreza, da miserabilidade, constituído na periferia dessas grandes cidades, e é claro que aí o déficit habitacional se faz sentir de uma forma gritante e angustiante, quando nós observamos, nesta Mensagem, que no seu primeiro objetivo fundamental, o Governo do Estado pretende, numa iniciativa, — a meu modo utópica —, mas válida como plano de intenções, a redução gradual até a sua eliminação, do déficit habitacional, para famílias de baixa renda, no máximo até cinco salários mínimos, nós precebemos claramente que, dentro dessa mudança de paisagem social e econômica do Estado do Paraná, em que se procura transplantar para a zona rural do Estado, uma forma de capitalismo, eliminando dos campos os pequenos proprietários, tornando asfixiante a situação dos proprietários médios e jogando-se nesse modelo econômico para perspectiva de que talvez a médio prazo, mas ao menos a longo prazo, há de se continuar nesta caminhada e nesta evolução, e nós teremos a sobrevivência apenas das empresas agrícolas do setor rural. Isto, como consequência prática e imediata, Srs. Deputados, será a concretização de um êxodo rural ainda mais alarmante, ainda mais gritante, do que o que se observou neste final da década de 1.970, haja visto que o Norte do Estado, que teve um processo típico de colonização, baseado em parte na iniciativa do Governo do Estado em algumas áreas, mas baseado fundamentalmente num modelo de colonização da iniciativa privada e especialmente da Companhia de Terras Norte do Paraná, nós observamos que no final da década de 50, e princípio da década de 60, a média fundiária familiar no Norte do Estado, era de 12 a 14 alqueires.

É verdade que o produto fundamental e básico era o café. E o café, por sua natureza típica e pela sua cultura específica, ele absorve necessariamente uma mão de obra abundante e provoca internamente uma distribuição de renda muito grande, provocando, inclusive, o estímulo e o desenvolvimento de um mercado interno de alto poder aquisitivo e de grande circulação de riquezas.

Assim a gente observa que, na coluna vertebral do Norte

do Estado do Paraná, com essa colonização típica do café, as cidades foram plantadas como polos micro-regionais, a uma proximidade média de quinze quilômetros uma da outra. Com a mudança dessa paisagem, conseqüentemente a média fundiária familiar também na década de 70, ela atinge hoje o índice de 35 alqueires por propriedade.

E a continuar o desestímulo e a asfixia do pequeno proprietário e do médio proprietário, entraremos na década de 80 com uma média por propriedade de 50 alqueires.

É claro que esta panorâmica diferente da zona rural deverá representar também uma consequência prática e imediata para os centros urbanos. As pequenas comunidades rurais, os pequenos núcleos urbanos de predominância absolutamente rurais, estão hoje num processo de desagregação urbana muito grande, com as suas ruas apresentando em pleno meio de semana o ar e o clima de um feriado nacional, com todas as portas fechadas, não porque seja feriado, mas apenas e simplesmente porque o pequeno comerciante que vivia do fornecimento a um tipo específico de clientela de origem rural, não tendo mais a população de zona rural com um poder aquisitivo para vir consumir nas cidades, passa também a mudar o seu sentido operacional.

E, nas grandes e médias cidades, observamos a instalação das grandes empresas comerciais que são as responsáveis, por sua vez, pela cessação das atividades de centenas e milhares de pequenos comerciantes.

Cito, por exemplo, o caso de uma grande rede de lojas de departamentos que se está implantando gradativamente no Paraná, e que foi responsável no Brasil, pelo fechamento ou pela cessação de atividades de cerca de 27.000 pequenas empresas comerciais.

E, nesta seqüência desabalada de mudança do eixo de operações da nossa população, também a paisagem urbana vai mudando. Daí a tentativa desesperada, em 1965 e 1.966, de se criar um sistema habitacional financeiro. Mas, se naquela oportunidade o País apresentava um déficit habitacional orçado pelos homens que fundaram o Banco Nacional de Habitação, em cerca de 8.500.000 unidades residenciais, passados mais de 10 anos da existência desse sistema habitacional financeiro, o déficit continua numericamente e em números absolutos, maior ainda do que quando implantado o sistema habitacional financeiro.

É verdade que esse sistema impediu o crescimento vegetativo acelerado deste déficit existente. Mas, um ponto fundamental existe na questão: as populações realmente carentes; as populações que habitavam e habitam em condições infra-humanas e sub-humanas, colocadas totalmente à margem do processo social.

Essas populações, entretanto, não conseguiram e não foram beneficiadas pelo sistema habitacional financeiro.

Poder-se-á levantar uma série de considerações, de ordem cultural, educacional, social, econômica e até pedagógica, no sentido de se procurar as justificativas para o não atendimento dessa faixa da população.

Nós, entretanto, Legisladores, temos que nos colocar diante do fato concreto que aí está. Com uma população ativa, representando renda inferior a dois salários mínimos, isto embrandaria cerca de 2/3 da população brasileira. E nós vamos observar as próprias condições feitas por aqueles que têm a manipulação da política habitacional brasileira que, infelizmente, o sistema habitacional financeiro não tem condições de atender a quem percebe familiarmente menos de cinco salários-mínimos.

A partir daí, chega-se à conclusão então, que o sistema habitacional financeiro poderá beneficiar apenas à classe média-baixa, a classe média-média e a classe média-alta, deixando totalmente de lado a classe C, e indiscutivelmente a classe D, que hoje, não tem condições de cumprir os requisitos básicos a

que todo homem, a que toda a criatura humana tem direito.

E, quando observamos que, na aparência, num ato de ausência o Governo do Estado pretende atingir a 200.000 unidades residenciais, num plano habitacional de 1.980 a 1.985, nós voltamos a colocar a questão: Quem deverá ser efetivamente beneficiado por este plano habitacional que o Governo do Estado pretende colocar em prática? Se este plano poderá atingir aquela faixa de miserabilidade que constitui o anel periférico das cidades médias e grandes do Paraná?

Anel este que não tende a diminuir; anel esse que tende a aumentar. E as experiências no setor são apontadas e são demonstradas em diversos simpósios e em diversos encontros, mostrando-se experiências isoladas desta ou daquela cidade. Mas, numa visão global, não se consegue uma solução, nem a curto nem a médio prazo para o problema habitacional e para o déficit habitacional.

Nós vamos mais longe: hoje, a Assembléia aprova a retirada de uma Mensagem Governamental por uma sessão para receber parecer de uma Comissão competente; e este projeto voltará amanhã.

Parece-me que há uma concatenação muito grande entre o que se discute hoje, na modificação desse plano de habitação popular a nível de Paraná, e a análise crítica que se pode pretender fazer do modelo educacional brasileiro.

Porque, se há uns determinados pontos em que essas linhas se encontram. Se nós olharmos estatísticas de um lado, vamos observar que sessenta por cento da clientela escolar que tem acesso à primeira série do primeiro grau, não consegue, não tem força para ultrapassar essa barreira e ir para o estágio seguinte. Ora, deverá haver razões, e há razões para a incapacidade humana de se ultrapassar este bloqueio existente hoje, na primeira série do primeiro grau.

Poderemos sair numa caminhada por esses anéis periféricos das metrópoles brasileiras, pelos anéis periféricos das cidades em vias de metropolização, pelos anéis periféricos também das cidades médias, onde se decanta a existência de centenas ou milhares de bóias-frias, mas que, por uma questão de opção pessoal, são trabalhadores que abandonaram por livre vontade, forçados, evidentemente, por uma situação de estrutura e de conjuntura, os campos, e que hoje, morando na periferia dessas cidades, operam nos campos encima de caminhões, encima de camionetes, contratados pelos famosos gatos que são os empreiteiros de mão-de-obra, não porque queiram continuar nesta operação agrícola, mas porque estão esperando que o setor intermediário de absorção de mão-de-obra como o caso específico da construção civil, possa lhes abrir uma vaga para incorporação definitiva ao ambiente urbano.

Então, dando uma caminhada por esses anéis periféricos, vai se observar que essas famílias vivem permanentemente numa situação de desemprego, de sub-emprego ou de emprego, com rendimentos que, muitas vezes, não conseguem atingir ao salário-mínimo familiar.

É claro que este Plano Nacional de Habitação Popular, não poderá e não terá condições de atingir a esta camada da população; cada esta que vive, então, com esse rendimento baixíssimo, num bloqueio biológico, porque não tem condições de dar à sua família, o mínimo necessário de alimentação para encarar a batalha do dia-a-dia.

Vive num bloqueio psicológico porque, vivendo à margem do processo social de uma sociedade consumista, de uma sociedade de abundância, de desperdício, embora a sociedade consumista, de abundância e a de desperdício, talvez nem dez por cento da população, mas vivem à margem desse processo, passam, portanto, também a sofrer esse tipo de bloqueio.

E perde-se aí, a grande riqueza nacional.

São dezenas de milhões de crianças brasileiras que, nesta faixa de meio ano de idade, de seis meses a seis anos de idade, passam a comprometer definitivamente a sua estrutura humana,

biológica, psíquica, social e cultural e, então, quando chegar a vez da ação do Estado, através da sua rede educacional de primeiro grau, esses irmãos nossos, já estão definitivamente comprometidos, e não terão mais o equipamento pessoal para fazer parte da luta comum, pelo desenvolvimento social, econômico e cívico de nossa sociedade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não desejo ser enfadonho nem desejo cansar, mas parece-me que a discussão desta alteração da lei que autoriza a execução da política habitacional do Estado, dentro do Plano Nacional de Habitação Popular, deve ensinar esse tipo de discussão, porque se existe no Brasil todo um grande arquipélago social, um grande arquipélago econômico, de forma que se decantou em tantas e tantas vezes a configuração de diversos "brasis", entretanto o Estado do Paraná que representou desde a década de 40 até a década de 60, encontro da vontade brasileira de crescer, da vontade brasileira de se desenvolver.

Foi aqui, neste Estado, que os representantes de todos os quadrantes do Brasil resolveram marcar um encontro com o trabalho, com o progresso e com o desenvolvimento, esse mesmo desmantelamento do modelo agrícola paranaense é o responsável, hoje, por uma situação que deve causar preocupação para todos nós.

Porque, enquanto muitos trabalhadores do Paraná resolvem sair deste Estado e procurar, às vezes no Exterior, às vezes em outras regiões fisiográficas diferentes de nosso País, um local de operação; às vezes, vão procurar nas regiões metropolitanas de outros Estados uma oportunidade para ingressar no mercado de trabalho.

Entretanto, existem milhares e milhares de paranaenses que ainda por acreditarem na potencialidade deste Estado, ou talvez por não ter uma iniciativa pessoal mais ampla, abandonam seu campo de origem de trabalho e vão procurar um acesso no mercado de trabalho urbano, dando toda esta série de problemas.

E é louvável, sob todos os aspectos, embora esta Casa esteja dando um saque em aberto, no valor de hoje, Cr\$ 31.000.000,00 ao Sr. Governador do Estado, para levar avante este Programa Habitacional.

Entretanto, a existência deste Programa Habitacional, no plano de intenções é totalmente louvável.

Acredito, e tenho a impressão que esta Mensagem deverá merecer a aprovação de todos os Deputados com assento nesta Casa.

Mas, parece-me também evidente, que deve ser a grande oportunidade, o grande ensejo, para que este problema venha a ser discutido exatamente na Casa, que deve ser a caixa de ressonância dos anseios, das angústias e das necessidades do nosso povo.

Gostaria de ver também, neste Plano Habitacional, na medida prática de atendimento a essa população em nível de miserabilidade. Não existe aqui. Se existisse, teríamos que ter a coragem de assumir, de dizer de público, que a existência, então, desse hipotético dispositivo seria totalmente utópico, totalmente irrealizável.

Porque, dentro do atual modelo econômico brasileiro, que obriga um País de vocação agrícola, um País eminentemente agrícola, porque continental, mas obriga este País a assistir a desoladora figura, a desoladora imagem de uma população de tendências absolutamente urbanizante.

E vamos repetir, aqui neste País, a mesma paisagem de tantos e tantos outros países que, de uma maneira simbólica se procura dizer "países em desenvolvimento", mas que na realidade, são países subdesenvolvidos porque a distância que os separa no campo técnico, no campo humano, no campo econômico, dos países altamente industrializados, é tão grande que eles continuarão, amanhã, mais pobres do que estão hoje, na comparação proporcional das coisas.

E então, poderemos assistir a repetição, aqui neste País, das cenas de tantos e tantos países subdesenvolvidos, em que as populações miseráveis, as populações em estado de pobreza evidente e total, se concentram em grandes aglomerados urbanos ao redor de centros altamente industrializados, assistindo a última geração de efeito tecnológico mas, dela não participando, e dela não recebendo os benefícios que poderiam trazer a toda a população. Parece-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esta é a grande oportunidade para que se possa, mais uma vez, discutir esse assunto e tentar, dentro do quadro que aí está, também procurar buscar as alternativas concretas para a década de 80, porque esta paisagem paranaense parece muito bem contornada, muito bem delineada, em razão de um modelo econômico aí vigente,

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) Nobre Deputado, gostaria de apartá-lo, tão somente para congratular-me com Vossa Excelência pelo brilhante pronunciamento que faz, pela brilhante defesa que faz daquela classe social que, muitas e muitas vezes é esquecida, tanto por administradores quanto por legisladores responsáveis pelos destinos do Estado e da Nação, aquela classe que, dificilmente será atingida por qualquer projeto de lei que se possa criar, porque as leis e o sistema atual, o modelo econômico, a destinou aos destinos da marginalização social.

Gostaria de parabenizá-lo por exatamente em momento tão oportuno em que se discute o problema habitacional, e se discute este projeto de lei que irá atingir mais uma vez, talvez, apenas a classe média, de lembrar que, existem problemas gravíssimos a serem resolvidos a nível de classe majoritária, no Brasil hoje, marginalizada.

E felicito-o então, pela defesa que faz dessa classe, e por lembrar que aqui nesta Casa, também esses devem merecer a nossa atenção, se é que queremos que a Nação e o Estado continuem vivendo sem as comoções sociais, que continuem vivendo em paz, por algum tempo.

Era isto, nobre Deputado.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência, e devo apenas, numa referência às colocações que o nobre Deputado Gernote Kirinus faz, observar claramente que, nós temos um compromisso com a democracia. Mas, se confunde muito compromisso com democracia, no sentido muito liberal da palavra; a democracia, tem que ter um enfoque político, mas não pode também, deixar de ter o enfoque social e o enfoque econômico.

E, em nome exatamente da democracia social, é que se tem que lembrar claramente, do conceito de democracia política, de que é o Governo da maioria, estabelecido pela maioria, mas também em benefício dessa mesma maioria.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não desejo cansar Vossas Excelências, e por aqui concluo as minhas palavras, agradecido pela atenção que me foi dispensada.

O SR. PRESIDENTE — **(Fabiano Braga Côrtes)** Em discussão.

O SR. FIORI LUIZ — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente, **O SR. PRESIDENTE** — **(Fabiano Braga Côrtes)** Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, não é com o intuito de interferir no encaminhamento da discussão desta matéria, mas quando foi para a tribuna, o Deputado Renato Bernardi, entendia que ele estava encaminhando a votação, porque Vossa Excelência havia encerrado a discussão e estava em fase de votação, quando ele pediu para o encaminhamento, e agora Vossa Excelência anuncia que continua em discussão, quando o Deputado Fiori Luiz vai para a tribuna.

Era essa a observação.

O SR. PRESIDENTE — **(Fabiano Braga Côrtes)** A Mesa informa ao nobre Deputado, que o Deputado Renato Bernardi

havia solicitado anteriormente para encaminhar a votação, e esta Presidência, talvez por falha do microfone, não havia atendido o nobre Deputado, e atendeu na hora oportuna.

Com a palavra, o nobre Deputado.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Este projeto traz, no item I, a edição gradual, até sua eliminação do déficit habitacional, para famílias de baixa renda, no máximo, cinco salários mínimos mensais.

É preciso uma comprovação de rendas, de um ganho de aproximadamente Cr\$ 10.600,00 mensais, para que o cidadão se habilite a entrar numa casa popular, porque as estatísticas estão aí: cinquenta e cinco por cento da população brasileira, ganha até dois salários mínimos. 55 por cento da população.

35 por cento, percebe de dois a cinco salários mínimos, porque neste País, de uma concentração de rendas desumanas, apenas 390.000 pessoas ganham acima de Cr\$ 25.000,00 por mês. Num País de 118.000.000 de habitantes.

É bom esclarecer e deixar claro que ninguém é contra o programa de construção de casas populares, de núcleos habitacionais. Mas, ocorre que o pobre, o assalariado, não tem acesso a qualquer tipo de casa popular neste País.

Quando digo o pobre, o assalariado, é o do salário mínimo, é o de dois salários mínimos, até três salários mínimos.

A formação de conjuntos habitacionais em centros urbanos acelera de maneira efetiva e rápida o êxodo rural. Como evitar esse êxodo rural quando o cidadão deixa o distrito, deixa a zona rural com o aceno fácil da casa popular, e quando chega na COHAB, vê que não tem a mínima possibilidade de comprovar uma renda de cinco, seis, sete ou de Cr\$ 10.000,00 por mês.

Então, é preciso buscar uma fórmula e critérios descentralizadores para se construir também as casas populares.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. FIORI LUIZ — Na zona rural, buscando fixar na zona rural o homem do campo e paralelamente ao conjunto habitacional, em determinadas regiões do interior, na zona rural, na zona agrícola, também as escolas e as indústrias. Porque não podemos desassociar uma casa popular de uma indústria e de uma escola.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)** Deputado Fiori Luiz,

estamos vendo o vosso interesse sobre o problema, no que concerne à habitação do trabalhador menos favorecido de nossa Pátria. Vemos que, ou Vossa Excelência está completamente fora da realidade, que deveria pelo menos situar-se, talvez os núcleos habitacionais das cidades que têm prefeitos do seu partido, como Ponta Grossa, como Londrina, a florescer núcleos habitacionais financiados pelo BNH.

Nós temos no Paraná a COHAPAR, que financia inclusive material, e com o objetivo de favorecer este assalariado que Vossa Excelência defende desta tribuna. Então, não vemos razão, e Vossa Excelência está chovendo no molhado, ao vir denunciar um fato que não existe. Porque, dizíamos certa vez: o pior cego é aquele que não quer ver; o pior surdo é aquele que não quer ouvir.

Veja Vossa Excelência, os núcleos habitacionais a florescer nas cidades médias e de grandes portes no Paraná, e veja Vossa Excelência o grande plano, o plano magnífico do Ministro Andreaazza, a proporcionar para as pessoas menos favorecidas, para esses assalariados defendidos por Vossa Excelência e pelo seu Partido, casas e até o Deputado ilustre, permite-me fazer um discurso paralelo, e até, Deputado, material para construção. Está lá a COHAPAR e com as portas abertas para orientar o povo, principalmente o de pequena renda, o de baixa renda que todos nós, do seu Partido e do meu, e todos nós que defendemos esse povo, temos interesse que esse mesmo povo tenha uma vida digna e condigna com a sociedade.

Não vemos neste instante, razão para Vossa Excelência vir criticar um Governo que está lutando e voltado plenamente com as aspirações do povo menos favorecido.

Mário Andreazza, de acordo com a orientação do grande Governo Figueiredo, está dando para o homem de baixa renda, a habitação, e proporcionando, por intermédio da COHAPAR aqui no Paraná, e do BNH em todo o Brasil, para que possamos, unidos, ao invés de criticar, levantarmos as soluções àqueles homens.

Queria convidar Vossa Excelência para irmos à COHAPAR, aqui no Paraná, para vermos os magníficos planos que tem a COHAPAR, orientada pelo BNH, para a solução desse problema que Vossa Excelência está nessa hora derivando, talvez, não digo por ignorância, porque Vossa Excelência tem uma capacidade e um tirocínio de administrar e de dirimir as coisas públicas, mas não vejo razão para Vossa Excelência vir criticar o Governo, no instante em que esse Governo está exclusivamente voltado para o bem estar de sua terra e de sua gente, e principalmente para os homens de baixa renda.

Queria convidá-lo, com a vênua do meu Líder, para irmos aos representantes do BNH, no caso, a COHAPAR aqui no Paraná, para Vossa Excelência ver os planos magníficos e ver como florescem as casas populares em Ponta Grossa, Londrina e adjacências, para os homens de pequena renda.

Faço um apelo e uma pergunta: as milhares e milhares de casas populares que tem em Ponta Grossa, são para homens de Cr\$ 25.000,00 de renda, ou são para os operários que funcionam na periferia da cidade?

Muito obrigado.

O SR. FIORI LUIZ — Não está havendo crítica, nobre Deputado Gabriel Manoel.

Vossa Excelência citou três vezes o assalariado de baixa renda, e é nisto que estou me atendo. Porque, o assalariado de baixa renda no País que atinge quase 70 por cento da população, eles não ganham até cinco salários mínimos, o que é preciso para comprovação, para fazer a inscrição para ter o direito à casa popular.

Florescem as casas populares, nobre Deputado, mas florescem também os problemas gravíssimos na mesma proporção. Vossa Excelência citava Londrina, e posso falar com conhecimento de causa, porque Londrina construiu, em dois anos e meio, doze mil casas populares, nove conjuntos habitacionais, alguns de até 1.200 casas.

Mas, há um dado alarmante, nobre Deputado. Enquanto eram construídas as doze mil casas populares em Londrina, antes do início da construção dessas doze mil casas, nós tínhamos três favelas e nove mil favelados em Londrina. Construídas as doze mil casas populares, temos dezenove favelas e 32 mil favelados em Londrina.

Na mesma proporção que se constróem casas populares, aumentam as favelas nos grandes centros urbanos. São estatísticas oficiais feitas pela Rádio Patrulha, em Londrina. Porque se constrói a casa popular, mas se esquece do emprego. Se esquece do parque industrial. Londrina hoje tem trinta e três mil desempregados. Somente aqueles que adquiriram as casas populares, os doze mil pais de família, mais seis mil pessoas úteis, colocando uma média de um e meio, marido e a mulher que normalmente trabalha fora, nem todas, daria 15, 16 mil pessoas, e estas pessoas não têm emprego.

Cinquenta por cento dos adquirentes de casas populares, em Londrina, e isto também é estatística, estão em débito com as prestações; cinquenta por cento não conseguem pagar as prestações, que variam entre Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 2.000,00. Então, é preciso acabar com esta utopia e encontrar uma nova denominação, porque não é...

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. FIORI LUIZ — ... não é casa popular, porque o pobre não entra numa casa popular. Com toda a sinceridade,

nobre Deputado. Acompanhei, visitei os conjuntos, conversei com as pessoas, o pobre, assalariado, nunca vai entrar numa casa popular.

E a infraestrutura? Levantar a casa popular é muito fácil, uma casinha de oitenta, setenta metros quadrados, com quatro paredes, sem nenhuma divisão. Isto é fácil. E a infraestrutura? E a Escola? e o acesso? e os centros comunitários? Posto de saúde, mercado, ônibus, telefone, asfalto, galeria de água e esgoto? Ai é que a coisa se torna mais difícil, nobre Deputado.

Em Londrina, temos conjuntos habitacionais que há dois anos e meio, mais de duas mil crianças não vão à escola, não tem sala de aula, porque a mais próxima fica a sete quilômetros.

Agora o Prefeito Antônio Belinatti está sanando este problema, mas de dois anos e meio ou três anos que temos casas populares é que está se começando a erguer as escolas.

Eu sempre tive esta tese e comentei com o meu Prefeito, em Londrina: faça primeiro a escola, depois se faz o conjunto habitacional. Primeiro o acesso, o ônibus, depois constrói a casa.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. FIORI LUIZ — Um minutinho só, Deputado Kirinus.

Sabemos que é uma medida humana, justa, mas muitas vezes usadas para fins politiquieiros. O cidadão, quando faz a inscrição da casa popular, o Prefeito é um deus, quando ele dá a entrada na casinha, o Prefeito continua sendo um deus; quando ele pega a chave, o Prefeito continua um deus; quando ele entra na casa, o Prefeito ainda é um deus. Venceu a primeira prestação, vem a crítica na cabeça do Prefeito. É muito bonito se falar, é lindo; é lírico, romântico e poético se falar em conjuntos habitacionais.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Mas a classe pobre, que precisa da casa, esta não tem acesso, porque para esta classe que é dirigida a casa popular hoje, que é a classe de baixa renda, a classe pobre, na verdade é a nossa classe média. Porque a média, ficou pobre; a pobre, ficou miserável. Esta só embaixo de pontes e de viadutos.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — Pois não, nobre Deputado, primeiro concedo ao Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus — Nobre Deputado Fiori Luiz, pedi este aparte tão somente para vir de encontro e ilustrar talvez até ao que Vossa Excelência se referiu no sentido de que muitas vezes a construção de casas populares, através dos diversos sistemas que existem, inclusive de cooperativas, servem para interesses politiquieiros.

Exatamente, e Sua Excelência ainda frisou a causa, que antes de se preocuparem com a escola, a infraestrutura e o emprego, que são os mais importantes, preocupam-se com construção de casas populares.

Marechal Cândido Rondon, é um exemplo típico: 136 casas construídas. Somente registrados, 128 junto ao BNH, seis casas não se sabe, se desconhecem os donos, os proprietários, uma vez que a cooperativa devia só construir casas no momento que tivesse o proprietário ou o interessado fixo.

Cinquenta casas, hoje abandonadas, e setenta sócios daquela cooperativa, que nem os próprios habitantes sabem se já foi extinta ou se ainda existe, estão em desespero de causa, tendo suas casas quase que indo para o leilão, dado que o salário, o aumento do salário dessa classe média - não da classe pobre -, não acompanhou a inflação e a correção monetária institucionalizada ou obrigatoriamente cobrada a essa gente que adquiriu sua casa.

Portanto, entraram numa "fria", e diga-se também de passagem, muitos os autores dessa cooperativa, pelo menos no campo de Marechal Cândido Rondon, hoje são ricos proprietários no Paraguai.

Veja que são duas coisas que muitas vezes se servem a esse tipo de expedientes de construção de casas: utiliza-se a bandeira de justiça social e de querer ajudar o povo, mas no plano de fundo muitas vezes o desvio leva para a corrupção e para a politicagem barata, e os resultados catastróficos, temos em Mal. Cândido Rondon um exemplo típico. Só para ilustrar as suas colocações.

Obrigado.

O SR. FIORI LUIZ — Nobre Deputado, cito sempre o exemplo de Londrina, porque Londrina tem o Plano de Conjuntos Habitacionais mais arrojado do Brasil.

Desconheço outra cidade, mesmo Capital, que tenha um plano, que tivesse um plano de tantas casas habitacionais como Londrina, e Londrina serve como um parâmetro, porque ali se registram todos os problemas, principalmente os surgidos no campo, na agricultura, com a erradicação do café.

Então, Londrina serve como um exemplo vivo para essas colocações, que não têm nenhum fim político, e aqui ninguém tem o monopólio da verdade, é bom que se diga, mas são colocações que fazemos, tanto para o MDB como para a ARENA, porque é um problema comum a nós Parlamentares.

Conversei com mais de 50 pedreiros que estavam erguendo o conjunto "Luiz Sá", em Londrina, a oito quilômetros do centro, um conjunto de 1.200 casas populares. E sempre falei ao Prefeito: "Nunca faça conjunto com mais de 300 casas populares, porque os problemas serão insanáveis, insolúveis".

E conversei com 50 pedreiros e disse: "você tem condição de comprar uma casa popular?" Ele respondeu: "Não, não tenho 'seu' Fiori". E, na verdade, todos aqueles que trabalharam, levantando tijolo por tijolo daquelas casas populares, nenhum fez a inscrição para compra.

Sem emprego, sem as indústrias, esvazia-se qualquer iniciativa em torno de programas de casas populares.

O Sr. Quielise Crisóstomo — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — Não somos contrários, mas para se construir casas, há uma série de medidas que devem ser acopladas, evitando-se assim que o órgão financeiro tome de volta a casinha, por falta de pagamento.

Quando vemos que órgãos oficiais têm construções faraônicas, que os bancos ostentam prédios com luxo desnecessário, próprio de um país capitalista, é que nós fazemos um apelo: esses programas são irreais e utópicos, e não vão resolver se não vierem...

O Sr. José Domingos Scarpelini — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — ... acoplados de outras medidas sérias...

O Sr. Quielise Crisóstomo — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — É preciso forçar as indústrias, os complexos industriais, e também a construir as casinhas para os seus funcionários, para os seus empregados. É preciso levar as casas para a zona rural, as indústrias também para a zona rural, descentralizar para os distritos...

O Sr. Quielise Crisóstomo — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — Dentro de instantes.

Nós já dissemos que cinquenta por cento das prestações em Londrina estão em débito, e as favelas aumentam.

Fala-se muito também — e outra solução que vejo — utópica, do desfavelamento. Fortaleza é o exemplo, onde foram construídas cinco mil casas populares para favelados. Não pagaram o primeiro mês, o segundo, o terceiro, e o Governador não ia mandar matar cinco mil pais de família. Eles estão morando, não em casas hoje, mas em favelas, que foi o que restou do conjunto de cinco mil casas populares. Eles não tinham condições de pagar a prestação, a água e a luz.

Então, é preciso ter muito cuidado e muito critério ao se

estabelecer esses planos de casas populares. Porque, a grande maioria, não consegue pagar. E, 70 a 80 por cento não têm condições de comprovar o seu ganho para pagar a chave de uma casa popular.

Cercear a faixa de empregos é utopia, porque Londrina está aí, são trinta mil desempregados.

Londrina, volto a repetir, é um exemplo que deve ser observado, estudado com análises profundas, por aqueles que estão planejando esses programas de casas populares.

O Sr. Quielise Crisóstomo — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado, concordo que, realmente, algumas obras que beneficiam o povo são interpretadas como demagogia política.

Se existe demagogia política sadia, essa é uma delas.

E, se existe um demagogo que deva receber a taça da demagogia das casas populares, deve ser o Prefeito de Londrina.

Vossa Excelência talvez até mesmo seja fruto da demagogia de casas populares. Porque, o grande recorde de construções de casas populares do Paraná — o Município de Londrina. E Vossa Excelência colheu os frutos nas urnas. Foi um dos mais votados em Londrina.

Acredito que as casas populares tivessem sido, até mesmo em seus discursos, durante sua campanha política, um dos seus argumentos poderosos de convencimento...

O SR. FIORI LUIZ — Só um minutinho: quando é que citei, em meus discursos, alguma coisa a respeito de casas populares? Vossa Excelência afirma que baseei minha campanha em casas populares, nobre Deputado?

(Diálogos paralelos) (Soam os tímpanos).

Vossa Excelência já entrou em alguma casa popular?

O Sr. Quielise Crisóstomo — Estou falando autorizado por Vossa Excelência.

Então, dizia que, realmente, as casas populares foram motivo, durante a campanha, de demagogia política.

Mas, mesmo sendo iniciativa do Prefeito de Londrina, não perdem o mérito os financiamentos feitos pelo BNH. Não só lá. Mas em todos os Municípios do Paraná, até mesmo os do MDB.

Agora, diz bem Vossa Excelência que para falar de casas populares, é preciso conhecê-las.

Vossa Excelência, em dado momento, passou a defender uma tese de desfavelamento, e em seguida, chegou à conclusão que também não funcionou.

O seu raciocínio titubeante entre desfavelamento e construção de casas populares, não chegou ao final agora, no seu pronunciamento.

Vou citar um exemplo, e Vossa Excelência é convidado:

Recentemente, recebi em minha residência, um morador das casas populares do Atuba, que me dizia que paga Cr\$ 380,00 por mês, de prestação. Se um brasileiro que compra sua casa por Cr\$ 380,00 por mês, não está sendo financiado pelo Governo para ter a sua casa própria, então Vossa Excelência haverá de trazer um plano, menor, do que uma mensalidade de Cr\$ 380,00 por mês? Meu caro Deputado, onde e quando uma peça para que uma família possa morar, ou uma moradia para que uma família possa residir, existe, por menos de Cr\$ 380,00? Aqui no Atuba, nas casas populares, existem prestações de Cr\$ 380,00.

Então, nobre Deputado, Vossa Excelência haverá de propor aqui, neste Plenário, uma solução não apenas uma crítica. Nós estamos aqui representando um povo, e para ele que não resolve o problema, as críticas, não adiantam os memoráveis discursos da fome, do humilde, da falta de condições, da falta de abrigo, e sim, a solução para essa falta de alimentação, para essa falta de abrigo.

Vossa Excelência haverá de propor hoje, no encerramento do seu pronunciamento, a solução para aqueles que não têm

ordenado e para quem devemos ter casas populares, para eles, a que custo, e para receber de onde? Não vamos misturar plano de desfavelamento, porque aí entra também a análise dos marginais por iniciativa própria; desfavelamento é um plano que deve ser parte de um plano do Governo; construção de casas populares, nobre Deputado, é para quem tem ordenado, para quem tem garantias, porque o Governo não faz planos de casas populares, para doação, e sim, para venda, a preços que Vossa Excelência desconhece, nobre Deputado.

Vossa Excelência haverá de correr as casas populares de Curitiba e do Paraná, e verá a que preço estão sendo vendidas, e verá se esse preço é ou não acessível. Se eles adquirem as casas e não pagam, isto, nobre Deputado, acontece até com ilustres homens públicos que adquirem casas e também não pagam, e nós vemos protestos de casas e apartamentos de grandes autoridades, não somente de adquirentes de casas populares. Pagar os seus alugéres pagar as suas prestações, isto é um conceito moral de cada indivíduo, mas o plano do BNH, o plano de venda de casas populares no Brasil e aqui no Paraná é acessível a todo homem de bem, a todo homem que trabalha e que tem sua família é que, sobretudo, que tenha o seu ordenado. Muito obrigado.

O SR. FIORI LUIZ — Em Londrina, nobre Deputado, nós temos casas populares onde o cidadão paga Cr\$ 180,00 por mês, Cr\$ 220,00 e Cr\$ 250,00 também tem, de planos de oito anos atrás; de três anos para cá, o mínimo é de Cr\$ 1.200,00.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Esse plano é para a classe média, classe alta, ou que tipo de classe? Menos de Cr\$ 150,00 por mês, nobre Deputado?

O SR. FIORI LUIZ — Cr\$ 150,00 por mês, plano de nove anos atrás.

O Sr. Quielse Crisóstomo — E isto é acessível ou não? Estão pagando até hoje?

O SR. FIORI LUIZ — Perfeitamente acessível. São 130 moradores, num plano de nove anos atrás, mas os doze mil que entraram em planos de dois anos e meio para cá, não têm condições de pagar, cinquenta por cento estão em débito.

O Sr. Quielse Crisóstomo — E qual é a contribuição, nobre Deputado?

Permita-me o diálogo, qual é a contribuição atual deste plano que Vossa Excelência considera inacessível? Qual é a contribuição mensal? Agora, do plano atual?

O SR. FIORI LUIZ — Do plano atual, de Cr\$ 1.200,00 a Cr\$ 2.000,00.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Mensais?

O SR. FIORI LUIZ — O mínimo de Cr\$ 1.200,00 e o máximo de Cr\$ 2.000,00 mensais.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Cr\$ 1.200,00. Ora, nobre Deputado. Este é o preço do aluguel de duas peças, é o preço do aluguel, em Londrina, de duas peças. Para alugar uma peça, Vossa Excelência há de convir comigo, que um estudante paga por um quarto, em Londrina, Cr\$ 2.000,00 por mês. Se uma casa com quatro peças, com um terreno, por Cr\$ 1.200,00 não está num preço acessível, então, nobre Deputado, nós não haveremos de ter solução para esse tipo de poder aquisitivo, que Vossa Excelência pretende.

O SR. FIORI LUIZ — Entendo que para Vossa Excelência Cr\$ 1.200,00 seria um preço acessível, mas para o assalariado...

O Sr. Quielse Crisóstomo — É o preço do aluguel de um quarto.

O SR. FIORI LUIZ — Não, não. Vossa Excelência fala em Cr\$ 1.200,00 como se falasse em Cr\$ 10,00 cruzeiros. Talvez para Vossa Excelência Cr\$ 1.200,00 não representa, porque ele tem os filhos para freqüentarem a escola, ele tem que se manter, nobre Deputado.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência é diferente de mim, nobre Deputado?

Vossa Excelência é Deputado tanto quanto eu. A nossa posição social e de representação é a mesma, nobre Deputado. **O SR. FIORI LUIZ** — Mais um detalhe, nobre Deputado: não houve crítica, não somos contrários a casas populares, e frisamos duas vezes, mas, que venha um plano junto com a casa popular, da infraestrutura e do emprego, para que o cidadão tenha condições de usar a casa e pagá-la todos os meses.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Daí estou com Vossa Excelência.

Agora passo o documento de apoio a Vossa Excelência. Vamos iniciar isso em Londrina. Vossa Excelência escreva o grande plano de ressurreição dos planos de casas populares para o Brasil, e vamos, por exemplo, iniciar essa aplicação em Londrina, para que lá nós façamos a aplicação desta sua sugestão. Analisar o poder aquisitivo, a seleção dos valores para que esses erros não sejam cometidos e aí Vossa Excelência vai chegar à conclusão que já os estudiosos do BNH chegaram há muito tempo. Uma casa com quatro peças, por menos de Cr\$ 1.200,00 por mês para Londrina? Deputado, Vossa Excelência dificilmente vai chegar num outro raciocínio.

O SR. FIORI LUIZ — Acho que o plano poderia ser tentado, e a compensação seria do seu General Presidente Figueiredo.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Pois não, Deputado.

O Sr. Lineu Turra — Deputado Fiori Luiz, nós acompanhamos o pronunciamento de Vossa Excelência e compreendemos perfeitamente as suas colocações, que entendemos válidas. Válidas porque Vossa Excelência não está tratando aqui de aluguel. Está tratando de um problema social, que é exatamente a construção, o plano de habitação popular, acessível à classe assalariada, o que realmente não temos hoje.

Recentemente se construíram em Palmeira, 50 casas populares, um núcleo com 50 casas populares. 40 cms² cada casa.

O que nós entendemos é que essas casas tenham sido oferecidas à venda, aos assalariados, ao preço básico de Cr\$ 395.000,00. Nós fizemos um levantamento com empresas construtoras, uma avaliação e chegamos a uma conclusão: Que aquelas casas, com material que foi construído, que foi utilizado para construção, a forma de construção. A estrutura das casas não chega a atingir um preço de Cr\$ 120.000,00 a Cr\$ 140.000,00. Mais o terreno que naquela área, no Norte, não chegaria ou não seria superior a Cr\$ 30.000,00, então estou vendo que alguém está levando uma soma muito grande em cima desse negócio e daí é que parte o problema. Alguém está ganhando dinheiro em cima dessas construções populares e está transferindo ao comprador.

Então não existe um plano de habitação popular, mas existe uma grande negociata em cima desse plano de habitação popular.

Era isso o que eu queria dizer a Vossa Excelência.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Deputado Fiori Luiz, prometo, ser breve e será a última vez.

O SR. FIORI LUIZ — Pois não, Deputado Quielse, à vontade.

O Sr. Quielse Crisóstomo — O Deputado Lineu Turra colocou muito bem o problema. Qual é o juro que se paga por Cr\$ 100.000,00, nobre Deputado? No mínimo, Cr\$ 3.000,00 por mês. Não se paga nem o juro do capital investido. Fala-se num preço de Cr\$ 300.000,00 mas paga-se mensalmente Cr\$ 1.200,00 por mês. Não é nem o juro do capital investido. Passa a ser proprietário e não se paga - se fizesse um plano de aplicação de aquisição à vista, esses Cr\$ 300.000,00 seriam reduzidos a Cr\$ 70.000,00 ou Cr\$ 80.000,00, nobre Deputado.

Este sim seria o preço do juro que está sendo pago de Cr\$ 1.200,00 por mês.

O preço da casa popular que se vende por Cr\$ 300.000,00 na realidade, sendo pago a Cr\$ 1.200,00, ele está custando ao comprador cerca de Cr\$ 60.000,00 apenas, que ele está

pagando apenas o juro de Cr\$ 80.000,00 por mês, e está ficando proprietário da casa, a juro de Cr\$ 50.000,00. Uma casa que — e disse muito bem o nobre Deputado Turra, — deve ter custado em torno de Cr\$ 120.000,00 e onerado de mais Cr\$ 30.000,00, seria Cr\$ 150.000,00. Ele está comprando esta casa por Cr\$ 1.200,00 por mês. É isto que nós temos que ver, nobre Deputado.

O Sr. Lineu Turra — Está aí o erro. O Deputado Quielse não está por dentro do plano de habitação. Acho que ele está absolutamente por fora.

O negócio é o seguinte: no ano, já a prestação nesse núcleo iniciou-se a Cr\$ 1.700,00. Haverá uma correção nesses pagamentos; evidentemente, uma correção anual e eles vão pagar em 25 anos, Cr\$ 1.700,00.

Quer dizer, por aí vê Vossa Excelência, que o Deputado Quielse Crisóstomo está absolutamente por fora do plano de habitação. Eles compraram, iniciando prestações de Cr\$ 1.700,00 para pagar em 25 anos e essa prestação ainda terá uma correção anual. O preço básico que foi entregue, essas casas é Cr\$ 395.000,00, mas quando terminar os 25 anos elas vão estar custando para o que adquiriu, aproximadamente Cr\$ 2.000.000,00.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento do orador).

Nobre Deputado, nós estamos atentamente ligados ao feliz pronunciamento que fez o Deputado Renato Bernardi e que Vossa Excelência também faz, que traz a esta Casa os problemas mais sérios que a Nação hoje atravessa, que é o problema econômico-social que vivemos, nós cem milhões de brasileiros desprezados e marginalizados, até mesmo a fome, a miséria e a falta de escolaridade que este povo está passando.

Entendo que o negócio de casa popular não deve ser muito bom, porque em Apucarana foram construídas duas mil casas populares, sendo que mil ainda estão por ser habitadas. Entendo que não deve ser muito bom, porque não vi nenhum judeu e nenhum banqueiro comprar casa popular neste País. E se fosse bom negócio eles eram donos de todas elas.

Vejo que o problema não é sobre o preço que se paga na prestação mensal da casa popular. Entendo que este incentivo que o Governo está dando à construção de casas populares está esvaziando a nossa zona rural e o Brasil é um País essencialmente agrícola; deveria ser investido este dinheiro para a infra-estrutura do colono que mora em seu "habitat" natural, que é o campo, onde ele é mão-de-obra qualificada e não, nobre Deputados, incentivar o homem que está lá a vir para a cidade a somar nos cinturões da miséria de favelados, mais um habitante de casa popular.

O nobre Deputado Quielse disse que uma casa popular custa Cr\$ 120.000,00, Cr\$ 130.000,00. Acontece que, realmente, nós fizemos em Apucarana, um levantamento sobre o custo de uma casa popular, em terreno a mais ou menos o mesmo nível. Existem muitas, em terreno ao mesmo nível de preço onde estão os núcleos habitacionais e se constrói uma casa igual àquelas que lá estão, porque, com o perdão da palavra, se der um trovão dentro da casa, cai a parede; se constrói uma cada daquelas com Cr\$ 90.000,00.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Quantas já caíram? Então, não deu trovão lá até hoje?

O Sr. José Domingos Scarpelini — Já deu e já caíram muitas. E eu gostaria e estou apartando e quero respeito a minha palavra, Sr. Presidente.

Eu gostaria de colocar este problema de casa popular, que no fim de tudo terminou a ser uma picaretagem de Prefeitos, de chefes de Departamentos de casas populares do município.

Em Apucarana a CODAP, que é a encarregada do setor de casas populares, cobra para fazer uma transferência Cr\$ 2.000,00 a Cr\$ 3.000,00 para se fazer uma transferência de casa popular. E agora que o mercado está inflacionado ninguém mais quer

comprar e ninguém mais quer transferir.

Terrenos em Apucarana que valem Cr\$ 200.000,00 o alqueire, os picaretas de casas populares encaixaram aqueles terrenos junto ao BNH no valor de um milhão, um milhão e meio o alqueire para se construir casa popular tirando o dinheiro do BNH. Dinheiro que é do povo. Dentro de um programa que o Governo estabeleceu e que não está cumprindo e nem fiscalizando. E se constrói núcleos de casa popular com um mil e quinhentas casas, como em Apucarana. E não se constrói nem escolas nesses núcleos de casas populares. Se...

O Sr. Quielse Crisóstomo — Os Deputados de lá precisam tomar cuidado com isso. Os Deputados de lá devem trabalhar nesse assunto, então.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Nós já fizemos uma série de denúncias sobre este assunto, inclusive, sobre preços de terreno, envolvendo muita gente que se diz boa, de Apucarana, no meio disso. Acontece, que ladrão ninguém está pondo na cadeia. Então, nobre Deputado Fiori Luiz nesse seu pronunciamento, como foi o Deputado Renato Bernardi. Porque estão incentivando a criar marginais. Tira-se um pai de família, com 10, 8 filhos lá da zona rural e ele muda-se para a cidade em busca de alcançar alguma coisa nova na vida. Ele vem para a cidade passa a ser um desempregado, seus filhos passam a ser marginais, em busca do crime, para poder sobreviver. E o programa do BNH está aí a financiar casa nas praias. Até em praia se financia casas, apartamentos luxuosos para a elite falida e a burguesia falida deste Brasil. E então o que há de se esperar desse plano habitacional? Nada. Está certo, está pobre. É um burguesia falida. E em todos os sentidos da palavra, não falido só economicamente; está falido em tudo; no intelecto, na parte financeira, em tudo, moral.

Então, Vossa Excelência está sendo muito feliz e eu parablenho Vossa Excelência como ao Deputado Renato Bernardi, que não me concedeu o aparte no momento que estava na tribuna e solicitei o aparte dele. Espero que isso também é o que pensa uma grande parte da bancada da ARENA e do Governo, porque estão incentivando os crimes, e a marginalização do homem, trazendo o homem do campo, que está fixado, produzindo riquezas lá no campo, para a cidade. Então é necessário que aqueles que têm realmente uma consciência voltada para o progresso, desenvolvimento social e, enfim que se pronuncie sobre este assunto.

Era só isso, nobre Deputado.

O SR. FIORI LUIZ — Obrigado nobre Deputado.

Vou esclarecer ao Deputado Quielse que levantou o problema que teríamos utilizado o problema de casa popular na campanha. Não, não usamos não, nobre Deputado. Nós nascemos em Londrina, 15 anos de rádio, 10 anos de televisão, nos deram uns votinhos minguados que nos conduziram a esta Casa, com muita humildade onde estamos aprendendo muita coisa com os mais antigos desta Casa. E tivemos três reuniões com o Prefeito Antônio Belinati, visando um esquema de um parque industrial, porque há dois anos e meio que Londrina, não conseguia acenar para uma indústria. Depois de três reuniões, a CODEL resolveu encampar a idéia e dentro dos próximos dois anos, Londrina terá ampliado em 40% seu parque industrial, talvez criando empregos, para esses que hoje tem as prestações das casas vencidas, não encontram uma fórmula de conciliar os pagamentos em função do desemprego. Levantamos e criticamos bastante a falta da infra-estrutura nos conjuntos. Porque quando chovia ninguém podia sair, nem entrar. Crianças há mais de dois anos sem escola. Este ano, tudo será solucionado, em Londrina.

Então, quando se fala em conjunto habitacional, e não foi uma crítica dirigida desse Deputado, é para que, no conjunto, haja uma infra-estrutura, principalmente dos setores escolares. E o acesso para que o ônibus possa levar o trabalhador para a cidade.

É isso que nós exigimos. Junto ao conjunto habitacional, atrás disso, que venham acopladas essas medidas, visando normalizar; o trabalhador nada mais quer do que um emprego, a sua casinha e o filho na escola. É o suficiente para o nosso trabalhador.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência concede mais um aparte? (**Assentimento**).

Nobre Deputado, realmente, a nossa missão é melhorar mesmo aquilo que já existe de bom. Incorporo-me nesse movimento com Vossa Excelência mas, conhecedor que sou e até companheiro de muitos dos engenheiros paranaenses que trabalharam neste Plano Nacional da Casa Popular e posso lhe assegurar de que realmente isso foi um estudo profundo. E aqui no Paraná, Vossa Excelência em paralelo ao problema da casa popular, discute um assunto muito atual, que é o assunto da educação. Talvez em outros Estados do Brasil, pudesse o político, vir reivindicar maior atendimento na parte de educação. No Paraná, um Estado que construiu, em 4 anos, seis mil salas de aula; acho que se construísse 12 seria melhor do que seis. Mas seis mil salas de aula, é bastante salas de aula para um Estado só. Vossa Excelência, só para terminar, Deputado Fiori Luiz, agradecendo sua gentileza e até sua paciência, pelas nossas intervenções, Vossa Excelência faça um raciocínio comigo: hoje, se adquire em Londrina, a um preço que Vossa Excelência considera alto, e é um preço atual, de Cr\$ 1.200,00 por mês, uma casa popular, no valor de Cr\$ 350.000,00.

Imagine Vossa Excelência se este comprador, adquirente da casa popular, colocasse no Banco do Estado do Paraná, Cr\$ 40.000,00 a juros, pagos pelo Banco do Estado, ele poderia adquirir esta casa, ele pagaria a mensalidade com juros bancários de Cr\$ 40.000,00.

Então Vossa Excelência só aí, há de convir comigo, não precisa ser um economista, um estudioso, para ver que esta é uma fórmula, a mínima onde o Governo pode chegar para que aquele que, muitas vezes está morando num rancho de pau-a-pique, sem soalho, piso de chão, substitua o rancho de sapé pela casa de telhado, pagando tão somente o valor real de Cr\$ 40.000,00, entrando numa moradia avaliada em Cr\$ 350.000,00.

Sem nos demorarmos, nobre Deputado, parabéns para aquele que apresentar a melhor solução, mas BNH, Banco Nacional de Habitação, aqui no Brasil, foi a grande iniciativa da revolução brasileira, e foi dirigido para o humilde, porque nem Vossa Excelência, nem eu, vamos comprar aquela casa do BNH, não porque não esteja dentro do nosso poder-aquisitivo. Está. Mas é porque o próprio BNH pela nossa renda, não vai nos vender, nobre Deputado.

Esta casa não foi feita para vender para banqueiros e nem bancários, como disse o nobre Deputado Sacarpellini. Eles não vão comprar porque o BNH não vende para eles. Porque, se existe uma renda mínima para se adquirir uma casa popular, existe também um teto máximo. Essas casas são construídas para quem precisa, não é casa para Deputados e nem para banqueiros, nem para industriais e nem para fazendeiros.

Este também é um plano moralizador da venda das casas populares. E disse muito bem o nobre Deputado, se permitisse que o banqueiro, que o fazendeiro, ou que um Deputado comprasse uma casa popular, quantos de nós compraríamos centenas de casas populares, mas o BNH não vende para nós. É por isso que nós não encontramos banqueiros e Deputados em casas populares, porque a nós não é permissível a comercialização de casas populares.

Obrigado.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (**Assentimento**).

Tenho a impressão, nobre Deputado, que a discussão, quando se discute um plano social que visa beneficiar uma sociedade carente, espoliada, digamos, no salário mínimo, e se quer

apresentar soluções, argumentando com aluguel, que nada mais é do que a especulação do capital, voltada contra o trabalho, argumentando em termos de juros, quando, por outro lado, os juros nunca foram pagos àquele que apresenta como meio de sustento de sua família, apenas o trabalho físico e o suor do seu rosto, porque aí está o salário mínimo achatado a cada ano que passa; nunca se pensou e argumentou em termos de juros do salário do trabalhador, então é impossível a gente chegar a um acordo, realmente, porque a discussão se coloca em dois planos: um é o plano do capitalista que visa juntar o útil ao agradável, e outro é simplesmente ao nível do terreno social, que visa, beneficiar, erradicar da sociedade o problema gerado exatamente por um sistema capitalista selvagem.

Porisso, está provado de que se em Atuba, ou sei lá onde, aqui em Curitiba, constroem-se casas populares a um preço módico de Cr\$ 380,00 mensais, e que se isso não acontece numa grande maioria de planos de construção de casas, está provado que existe especulações nesse projeto.

Por outro lado, considere, e todos os sociólogos e cientistas consideram, que a marginalização e os marginais, não o são simplesmente por culpa própria, como foi dito nesta Casa, hoje. Mas, o marginal é fruto dessa sociedade.

Isso é conclusão de cientistas que estudam a sociedade, de sociólogos, de economistas.

Portanto, acredito que não há condições de continuarmos debatendo, enquanto mantivermos esses diálogos paralelos, nesses dois níveis. Ou estamos imbuídos, seriamente, em resolver o problema social, sem reparar o que significa esse império de juros e capital; ou estamos querendo, simplesmente, resolver o problema social, com a mentalidade capitalista em cima de juros e aluguéis.

Seria apenas esta a minha observação.

Obrigado.

O SR. FIORI LUIZ — Agradeço os apartes dos nobres Deputados Quielse Crisóstomo, Gernote Kirinus, Gabriel Manoel, Lineu Turra e José Domingos Scarpellini.

Era isso, Sr. Presidente, nobre Srs. Deputados. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o Projeto de Lei n.º 141/79. — **Aprovado**.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Skraba, ocorrido na cidade de Araucária. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Costa Pereira, ocorrido em Cornélio Procopio. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Bernardino Leite Musa, ocorrido em Londrina. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao I.P.E., encarecendo informações a respeito dos pensionistas. — **Rejeitado**.

O SR. JOSÉ TAVARES — (**Pela ordem**). — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (**Pela ordem**). — Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência atenda o requerimento de autoria do nobre Deputado José Tavares, requeiro a Vossa Excelência a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada dos Srs. Deputados.

(**É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados**).

44 Srs. Deputados responderam a chamada nominal. Há "quorum" para votação.

Será procedida a verificação da votação do requerimento do Sr. Deputado José Tavares. — Em votação.

15 Srs. Deputados aprovam; 31 Srs. Deputados rejeitam.

— **Rejeitado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao ITAMARATI, contendo voto de apelo, no sentido de que interceda junto ao Governo Paraguaio, pela imediata libertação do ex-Deputado Domingos Laino. — **Rejeitado.**

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Deferido. Será procedida a verificação de votação.

15 Srs. Deputados aprovam; 31 Srs. Deputados rejeitam.

— **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, consubstanciado em pedido de informações, sobre o número de aposentadorias requeridas com os benefícios das Leis n.ºs 6.762 e 7.071. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Geral do D.E.R., em forma de apelo, no sentido de que autorize os melhoramentos do acesso rodoviário à AGRO-INDUSTRIAL SANTA LAURA, destilaria de Alcool - Ibaíti. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, bem como ao Sr. Secretário da Administração, no sentido de que seja anulada a concorrência pública estabelecida pelo Edital de Concorrência n.º 1/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, no sentido de que determine à Direção do Centro de Saúde de Curitiba, a manutenção do atual horário de atendimento. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, em forma de sugestão, no sentido de que convide os Secretários de diversos Estados produtores de café, para uma reunião visando estudar o problema concernente à extinção do confisco ou cota de contribuição incidente sobre as exportações de café. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Banco Maisonave, pela inauguração, em Curitiba, da primeira agência comercial em nosso Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo informações com respeito a atividades da direção administrativa da FUNDEPAR. — **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Justiça, alertando para a violência que vem sendo utilizada pelos homens que cuidam da segurança pessoal do Presidente da República. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Gilberto Carvalho, com o apoio dos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de regozijo e congra-

tulações, junto ao Sr. Presidente da República, pela designação do Sr. Deputado Norton Macedo Correia para integrar, como observador parlamentar, a Delegação Brasileira que abrirá os trabalhos da Assembléia Geral da ONU. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Rádio Guaçu de Toledo Ltda., pela passagem do 24.º aniversário de fundação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor pela realização da campanha "Por uma Curitiba mais Humana e mais Verde", realizada pelo jornal "A Gazeta do Povo". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Agricultura, visando a instalação de um polo regional do IAPAR, no Município de Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos aos Srs. Desembargadores que votaram contra a criação do Tribunal Militar no Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Presidente da República e Ministro da Indústria e Comércio, no sentido de dar apoio à resolução do encontro de cafeicultores realizado em Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, lido da tribuna em sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Agricultura, visando a adoção de medidas contra a erradicação de cafeeiros no norte do Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo providências à SUREHMA com relação a atuação no Município de Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Delegado Regional do Trabalho, em forma de apelo no sentido de acolher a justa reivindicação do Sindicato dos Carregadores e Enscadores de Café e Arrumadores de Arapongas, a fim de serem liberadas as parcelas do FGTS. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao DENTEL, encarecendo medidas objetivando melhoria do padrão de Radiodifusão no Estado do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo, no sentido de que determine às Secretarias de Segurança Pública e Justiça, que a ação desenvolvida pelas mesmas na região de Cascavel se estenda ao sudoeste do Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um Posto Telefônico em Ibiracema, Município de Catanduvas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Delegado Regional do Trabalho, encarecendo providências para determinar o fim das chamadas "revistas em operários", prática usual em diversas empresas paranaenses, para com seus funcionários. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados David Chierigate, Augusto Carneiro e Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando prorrogação por 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Cooperativismo Paranaense. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciando em pedido de informações sobre a paralisação das obras da PR-401, que liga Ampère a Santo Antônio do Sudoeste. — **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à Diretoria e Associados dos Clubes dos Diretores Lojistas pela realização da "Semana do Freguês" em Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos, pela passagem do 40.^o aniversário de Sacerdócio de Gom Geraldo Pelanda. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo medidas para a duplicação da Rodovia do Xisto. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a retificação de traçado no trecho que liga o Distrito de Três Barras, Município de Catanduvas, à sede do Município de Quedas do Iguaçu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a construção de uma ponte sobre o Rio Guarani. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, em forma de apelo, no sentido de que reveja a política de abastecimentos, relativa a abertura de postos de gasolina nos finais de semana. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Seminário São Vicente de Paulo, pela passagem de seus 25 anos de funcionamento. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes a diversas autoridades, no sentido de que examinem, como é justo e conveniente, a possibilidade de anular os efeitos danosos da Portaria n.º 700, do Ministério da Fazenda. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo a diversas autoridades, no sentido de estudarem e reformularem a situação salarial dos servidores públicos estaduais, em

geral. — Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (**Para encaminhar**). — Sr. Presidente, este requerimento nada mais é do que uma outra versão do requerimento do Deputado José Tavares, que solicitava informações do IPE sobre a situação dos funcionários inativos. Como a Casa negou esta informação, a bancada do MDB se sente na impossibilidade de votar alguma coisa que desconhece: pede a melhoria; já que nós não sabemos a situação dos inativos, pode ser que ela esteja muito boa; e então é desnecessário pedir que ela melhore ainda; por isso nós vamos votar, contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento subscrito pelo Deputado Valduga, permaneçam como estão. — **Aprovado.**

O SR. NILSO SGUAREZI — (**Pela ordem**). — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Deferido o requerimento.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Valduga, queiram levantar-se. — (**Pausa**). — Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (**Pausa**).

29 Srs. Deputados aprovam; 15 Srs. Deputados rejeitam. — **Aprovado o requerimento.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 95/79, 140/79 e 141/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, em forma de apelo visando a criação e instalação do ensino de segundo grau nos Distritos de Campo Mourão, que são Luiziana, Piquirivaí e Farol. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esportes, encarecendo a construção de uma Cancha de Esportes para o Distrito de Três Barras, Município de Catanduvas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esportes, encarecendo um Complexo Esportivo, para a sede do Município de Catanduvas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao Sr. Luiz Gonzaga Oliveira, pelo trabalho que o mesmo vem desenvolvendo em prol do cultivo da "mamona" na região de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esportes, encarecendo a construção de uma Cancha de Esportes para o Distrito de Ibema, Município de Catanduvas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte sobre o Rio Tormenta. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Coordenadoria Regional do INCRA, no sentido de que seja considerada a situação dos proprietários de áreas de terras que possuem escrituração quitada. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Regional dos Correios e Telégrafos, visando a criação de uma agência em Iberacema, Município de Catanduvas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da COPEL, reiterando pedido para a implantação de energia elétrica na localidade de Iberacema, Município de Catanduvas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, lido da tribuna em sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Delegado Regional do Trabalho, no sentido de que atue com energia e rigor para salvaguardar a dignidade e a própria honra dos trabalhadores da Empresa Philip Morris do Brasil. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso às posições defendidas pelo Cancellor Saraiva Guerreiro, durante a abertura da 34.^a Assembléia Geral da ONU. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro do Exterior, Sr. Saraiva Guerreiro, encarecendo cópia da declaração feita sobre o caso Domingos Laino, do Paraguai. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo informações sobre a conclusão das obras do acesso que liga o Distrito Administrativo de Cafelândia Oeste, no Município de Cascavel, com a BR-369. — **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso à Academia de Letras José de Alencar, pela passagem do seu 40.^o aniversário de fundação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado no "O Estado do Paraná", intitulado "O Brasil, os Judeus e os Árabes". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo. — **(O artigo acha-se publicado no final desta ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações a Jaime Sunyé Neto, Campeão Brasileiro de Xadrez. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine à Secretaria dos Transportes, a conclusão, com pavimentação asfáltica, da Avenida das Araucárias. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DETRAN, encarecendo seja instalada na cidade de Toledo, uma Comissão Permanente de Exames Psicotécnicos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Che-

riegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COHAPAR, visando a implantação de núcleos habitacionais nos Municípios de Catanduvas, Corbélia, Terra Roxa e Capitão Leônidas Marques.

— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Erondy Silvério e Nilso Sguarezi, respectivamente líderes da ARENA e MDB, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso à Rede Capital de Comunicações e ao seu repórter, Sr. Roberto Lopes, pela maneira imparcial como vêm divulgando o Poder Legislativo do Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências cabíveis, quanto a indiferença com que a autoridade policial de Medianeira tem tratado o caso da invasão violenta do escritório de advocacia do Vereador cassado, Dr. Adolpho Mariano da Costa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Ministro dos Transportes e Secretário dos Transportes, encarecendo seja reestudado o traçado da "Ferrovia da Soja" conforme sugestão que lhes foi enviada pela Câmara Municipal de Toledo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, o discurso proferido pelo médico Dr. Lauro Grein Filho, por ocasião da posse da primeira diretoria da Academia Paranaense de Medicina. — **Aprovado.** — **(O discurso acha-se publicado no final desta ata).** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso à revista "Paraná em Páginas", pela notável, séria e criteriosa campanha que vem desenvolvendo, no sentido de alertar a população quanto os males causados pelo cigarro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DETRAN, encarecendo autorização para funcionamento de Posto ou Comissão permanente de exame psicotécnico e exame de vista em Toledo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do "Dia da Secretária". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Comandante da Polícia Militar do Estado, pleiteando melhoria salarial para os membros da P.M.E. principalmente para os soldados. — **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso ao Sr. Governador do Estado, pelo sucesso da execução do Projeto de Organização e Dinamização das Associações de Pais e Mestres do Paraná. — Em discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que

sejam reiniciados os serviços de construção do contorno rodoviário de Jacarezinho, na Rodovia BR-153.— Em discussão. O SR. ADALBERTO DAROS — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro das Minas e Energia, encarecendo informações sobre a possibilidade de indenização a uma área de terras localizada no Município de São Miguel do Iguaçu.— Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Na forma regimental, adia-se a discussão para a próxima sessão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Questão de ordem).

Sr. Presidente, embora veja mérito no requerimento, acho que Vossa Excelência não poderia submeter um Pedido de Informações, a um Ministro de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa acata a Questão de Ordem do nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela Ordem. Sr. Presidente, invoco a liberalidade da Mesa, no sentido de permitir ao autor do requerimento, mudar a redação do mesmo, porquanto me parece ser uma reivindicação que o Paraná pleiteia, não no sentido de requerer ou exigir a informação. Acho que o sentido do requerimento é fazer o Sr. Ministro sentir que o Paraná merece um voto, tese esta inclusive defendida pela própria bancada arenista nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lerá o teor do requerimento ora em discussão.

(É procedida a leitura do requerimento).

A Mesa solicita do nobre Líder do MDB nesta Casa, Sr. Deputado Nilso Sguarezi, que, como para este requerimento foi solicitada a discussão, que o nobre Líder tomasse as medidas para que os termos do requerimento fossem mudados ainda para a próxima sessão, de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário da Segurança Pública, contendo apelo, no sentido de que sejam construídas residências para atendimento de militares e policiais que se deslocam em serviço para as Cidades de Santo Antônio da Platina, Andará, Jacarezinho, Ribeirão do Pinhal, Abatiá, Ibaiti, Conselheiro Mairinck e Barra do Jacaré.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Presidente da SANEPAR, sugerindo-lhes cautela na cobrança d'água, evitando que as contas sejam cobradas com acréscimos, por suposto excesso de consumo.— Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos à nova Diretoria da UNE.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao jornal "A Gazeta do Povo" pela criação de uma página versando sobre Cascavel e Região Oeste do Paraná.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, soli-

citando seja oficiado à Presidência do Banco do Estado do Paraná, encarecendo providências para regularização na emissão de extrato das contas de seus clientes.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao INCRA, no sentido de que seja consolidada a COPROMA, que até o momento enfrenta sérios problemas para sua instalação.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de louvor à ex-taquígrafa deste Poder Legislativo, Miriam Correia Teixeira.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Senhora Miriam Correia Teixeira, pelos inestimáveis serviços prestados a esta Casa.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao jornal "O Estado do Paraná" pela realização da promoção "Corujinha de Ouro", premiando os melhores do nosso futebol.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Secretaria da Administração e a EMOPAR, objetivando a construção de um muro circundando a Escola Estadual São José, em Londrina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes a diversas autoridades, sugerindo que seja consignado no Orçamento Geral do Estado, dotação específica, que possibilite isentar as Entidades Assistenciais do Estado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo o aumento do número de salas de aula no Município de Iretama.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes a diversas autoridades, em forma de sugestão visando a criação de subsídios aos gêneros de primeira necessidade.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Cattani S/A.— Transportes e Turismo, pela passagem dos seus 30 anos.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, encarecendo a instalação de um Posto de Correio, no Distrito de Santa Cruz, Município de Catanduvas.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 40.º aniversário de ordenação sacerdotal do Frei Dionísio Gaudêncio Veronese.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 09, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DIA:

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 80/79, 81/79, 88/79, 89/79, 90/79 e dos Projetos de Lei n.º 95/79, 117/79, 130/79, 134/79, 140/79 e 141/79;

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 91/79, 92/79, 93/79, 94/79 e 95/79.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA À REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO DÁCIO LEONEL' EM SESSÃO DO DIA 08 DE OUTUBRO DE 1.979

"ORAÇÃO PROCEDIDA PELO MÉDICO DR. LAURO GREIN FILHO, NA POSSE DA PRIMEIRA DIRETORIA DA ACADEMIA PARANAENSE DE MEDICINA.

A prevalecer a justiça no critério das escolhas, e não seria eu a vos falar na solenidade histórica deste acontecimento.

Outros entre nós, nomes ilustres das ciências e das letras médicas, melhor e mais sabiamente responderiam as galas desta cerimônia.

Mas é dos oradores os deveres dos discursos, e a seus encargos fui chamado, à generosidade dos dignos confrades.

Trago para a incumbência, a emoção das grandes responsabilidades, a expectativa das missões supremas, o fervor de uma prece para as inspirações que necessita.

Em ocasiões como esta, quando destacadas expressões da medicina paranaense congregam-se em iniciativas e esforços em prol de uma Academia, aflora-me ao espírito a figura do médico, tudo o que tem sido e representado através os tempos.

Desde seu berço milenário, ao se definir como ciência e arte de curar, jamais a medicina, ao correr os anos e dos séculos, deixou de estar presente nos louvores e nas críticas dos homens.

Louvores e críticas a se revezarem num cortejo de êxitos e malogros, alternativas de um confronto inflório e desigual na luta irremediável contra a morte.

E ao reflexo das conquistas e insucessos, dos períodos e das épocas, enfraquecida pela descrença, ou fortificada pela fé, mas sempre e inabalavelmente fiel a seus desígnios, chega ao começo do século no esplendor de sua fase áurea; enaltecida, imponente, grandiosa.

Fase que exatamente nos precedeu, exercida e testemunhada por nossos patronos, a qual alcançamos em seus últimos lampejos.

Imperava uma sociedade altamente discriminadora em que uma camada abastada e superior, dominava todos os poderes e honrarias, aos olhares de uma outra, complacente, apática, conformada.

A vida era tranqüila, sem clima e sem ânimos para reações sociais, e dessa aristocracia tradicional e nobre, emergiam os jovens acadêmicos para as raras universidades das Metrôpoles, Rio e São Paulo.

Voltando após as suas origens, distinguido na ascendência importante e fidalga, homenageado nas reverências do título que engrandecia, era espontânea a geração do mito, nascido e crescido aos sucessos que a própria profissão se encarregava.

Dai a venerável e carismática figura do médico de família, além de médico amigo, além de amigo conselheiro, mentor sábio e justo a inspirar nas formas de um convívio fraterno e íntimo, a amizade, a estima, a gratidão.

Muito se tem escrito e falado a respeito desses médicos de cabeceira, símbolo do fastígio de uma

classe, semi-deus de uma época, que o tempo caprichosamente engrandeceu e sepultou.

Cinquenta anos de um progresso inusitado, mudando social, política e moralmente a face da terra, alterando modos e costumes, promovendo e abalando velhas estruturas, não haveria de deixar incólume os enleios de uma medicina paternal e romanesca tão querida e decantada de nossos avós.

Passamos então à realidade dos dias atuais, de contestações e conflitos, de ambições e audácias, de disputas e desafios, a prática médica envolvida e levada ao imperativo de um novo mundo que inapelavelmente se transformava.

E ao estímulo dessa fase de profundas transições, ao impulso do vertiginoso ritmo dos últimos anos, não se poderia esperar estagnasse a profissão num passado de muito enlevo e poucas luzes, nem se preservasse o médico, no seu pedestal de inacessível infabilidade.

Ciência de verdades provisórias, a Medicina acompanhou célere as escaladas do progresso, compondo-se e adaptando-se a versatilidade das situações sociais, moldando-se e ajustando-se às sucessivas exigências da coletividade.

Paralelamente ampliou seu acervo de recursos, alcançando e superando insidiosas enfermidades, vencendo e desvendando inviáveis segredos que pertinamente se eternizavam.

Para tanto pesquisou, investiu, observou, estudou, incorporando todas as conquistas da moderna tecnologia a serviço da saúde.

Chega-se hoje à video de computador às mais complexas elucidações diagnóstica o que outrora a toque de percussão e ausculta jamais se conseguia.

Contrastando todavia com a prodigiosa evolução científica a nos tornar cada vez mais lúcidos e capazes, caiu sensivelmente a imagem do médico, muito aquém dos padrões que anteriormente a exaltavam.

E nas distorções de um sistema eivado de dúvidas e desacertos, passou injustamente a responder por todos os equívocos de uma prática a revelia de seus próprios ideais e aspirações.

Formado para as mais nobres vocações da alma humana, do consolo, da caridade e do amor, deve encontrar o médico um mínimo de condições para o adequado cumprimento de sua missão.

Porque o exercício da medicina, não é apenas uma prestação de serviços, mas o culto de uma série de princípios morais e éticos, cujas bases filosóficas se honram desde os tempos de Hipócrates (G. Velloso).

Entretanto, egressos dos bancos acadêmicos, que se oferece aos jovens de hoje para a realização dos objetivos que tão vivamente acalentaram?

Quais as perspectivas que os aguardam ao deixarem o estágio universitário para os empenhos mais denodados da vida prática?

E que se oferece a nós, veteranos de outras décadas, ao contemplarmos todas as reformulações que nós impuzeram e passivamente admitimos?

Somos milhares de cidadãos devidamente esclarecidos, mentalmente educados, intimamente afeitos a uma profissão que dia a dia nos convoca à dignidade, à disciplina, à perfeição.

Sobra-nos pois autoridade para dirigirmos nossos próprios destinos, à luz de conhecimentos e critérios acumulados, livres de fontes menos credenciadas, leigas e espúrias.

O médico brasileiro quer um modelo profissional sensível as injunções do presente, sem utopias e sem ilusões, pronto a conciliar o impulso socializante que é realidade, com o sentido liberal que é tradição.

O médico brasileiro quer acesso à medicina atualizada, quer o direito aos mesmos padrões que distinguem os países desenvolvidos.

O médico brasileiro quer as maneiras do seu trabalho, quer opinar e decidir sobre o melhor cumprimento de seus deveres. Porque, acima de tudo, a boa ou má medicina está no médico, nas suas virtudes e nos seus defeitos e não há forma de exercício capaz de influir no caráter de quem a pratica.

Não há classe isenta de imperfeições, e, os maus também se formam.

Mas não passam de escassa minoria, reduzida e diminuída ao evoluir do trabalho em equipe, do estudo em conjunto, dos congressos e dos conclaves, encontros aonde além do progresso científico, incide o progresso moral, no aperfeiçoamento do espírito humano. (A. Castro).

E por menos abalisado seja o médico há sempre indelével na sua consciência, dominando e sobrepondo-se a todas as motivações, o desejo irredutível de vencer, a ânsia incontida de salvar.

O médico precisa assumir mais ativa e objetivamente o papel que lhe cabe na sociedade. O homem só é válido na sua saúde, na plenitude do seu vigor, no apogeu do seu bem estar físico e mental.

Só assim realiza e progride, ambiciona e produz, hábil e apto a todas as conquistas, todos os poderes, todos os mandos. Porque na doença logo se perturba e se abate, se imobiliza e se retrai, fator inútil e negativo no cômputo do equilíbrio social.

Daí a conclusão tantas vezes lembrada de Miguel Couto:— "ainda não penetrou em todas as consciências e se torna necessário monotonamente repetir que a primeira riqueza de uma nação é o homem, seu sangue, seu cérebro, seus músculos e que ela está fatalmente condenada a decadência, quaisquer que sejam seus tesouros, quando o homem que a habita não a merece".

Falem em democracias e distensões, aberturas e liberdades, reformas e regimes todos os clamores que aí estão, a sacudirem os mais altos escalões da Pátria; nada há que se equiparar aos problemas da saúde, dívida maior de Deus às criaturas.

Ninguém mais que o médico com tanta soma de deveres neste Brasil 79.

Há mais de meio século dizia-se deste País um vasto Hospital. E a frase quase centenária de Miguel Pereira, ecoando anos afora, persiste dolorosa e lamentavelmente até os dias atuais.

Campeiam pelos sertões as endemias invencíveis, a shistosomose, a doença de Chagas, a ancilostomose, a malária, entidades já varridas dos obituários civilizados a marcarem nossas estatísticas com o estigma do subdesenvolvimento.

Não podemos nos eximir de uma parcela de culpa na permanência desses deploráveis índices sanitários que a despeito das conquistas da ciência, não logramos em tão longo tempo minorar.

Mas não pairam no passado, nem se limitam ao presente o montante de nossas responsabilidades. Temos graves e sérios compromissos com o futuro.

Sabe-se que a desnutrição e a doença ocorridas na primeira infância são causas de uma deficiência mental irreversível a inferiorizar nossos homens de

amanhã. Cabe-nos pois zelar e proteger os milhões de cérebros a nascerem e se desenvolverem até o ano dois mil, sob pena de uma geração intelectualmente menos dotada, incapaz de competir com as inteligências das nações desenvolvidas.

Tais conceitos, tão bem definidos por Faibanks Barbosa, conferem à saúde as prerrogativas de investimento fundamental no processo do desenvolvimento.

Saúde e educação seriam no parecer do autor como irmãos siameses ou gêmeos univitelinos, não deixando entretanto, de ser a saúde o primeiro a nascer no complexo social.

Admite-se hoje que somente tornam-se evoluídas e conseguem apreciável crescimento sócio-econômico aquelas nações aonde a maioria ou a totalidade de seus habitantes têm devidamente asseguradas a proteção e a conquista da saúde.

Essa a missão que nos compete, a medida da profissão que exercemos e os propósitos que almejamos.

Missão a clamar por um sistema em consonância com nossas aspirações para que possamos bem corresponder ao que nós espera a comunidade e a Pátria.

Com membros titulares e honorários, inaugura-se hoje a Academia Paranaense de Medicina, marco histórico na cultura científica de nossa terra.

Saudemos o evento com as honras que merece.

Aqui nos reunimos sob a evocação de nossos patronos, dignos exemplos que a medicina elegeu e consagrou para o início de novos devotamentos em favor da saúde.

Desnecessário enfatizar os méritos de uma deliberação a irmanar no estudo e no trabalho, os representantes de uma classe que é repositório das mais gratas esperanças da humanidade.

Os doutos sabem ouvir e suprem com suas benevolências o que falta às palavras que lhes chegam.

Confio, pois, que não ficará tão somente a conta do que lhes tenha dito a plena grandeza do momento que vivemos.

E a Academia Paranaense de Medicina ao alento e dedicação de todos os seus membros, há de cumprir seus objetivos, e sob as bênçãos de Deus, perseverar na fé e no ideal, para os pósteros e para a História.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO DAVID FEDERMANN, EM SESSÃO DO DIA 08 DE OUTUBRO DE 1.979.

"O BRASIL, OS JUDEUS E OS ÁRABES

(Iberê de Mattos)

Fiquei tristemente impressionado com as declarações de nosso Ministro do Exterior na ONU, e principalmente porque poderia parecer que estivesse interpretando os sentimentos do povo brasileiro, pela função que exerce.

É fato sabido que existe um conflito no Oriente Médio, parcialmente atenuado com a paz entre Egito e Israel, que foi um primeiro passo e importante, embora não tenha sido solucionado o caso dos palestinos. Isso, para nós, é uma verdade dolorosa e chegamos a ser acabrunhadoras as notícias sobre hostilidade no Sul do Líbano, o mesmo acontecendo antes com a brutal luta entre cristãos e muçulmanos, até hoje não bem explicada.

Tudo isso é lamentável e demonstra que a ONU tem relevado ser um organismo inútil, pois havia esperanças de que, através dela, ou imposto por ela,

surgisse um diálogo neutralizador da violência. Um raciocínio elementar prova que a ONU praticamente nada conseguiu justamente porque se trata de uma questão complexa envolvendo dois povos, que estão sendo sacrificados por radicalismos e intolerâncias dificilmente anuladas.

Partindo-se desta premissa se pode concluir que aquilo que a ONU não pôde eliminar não será solucionado por pronunciamentos praticamente antijudáicos como o de nosso ministro, que, queiram ou não, ali estava representando o governo brasileiro.

Para nós brasileiros a grande aspiração é que se chegue a uma conciliação dos interesses em choque, porque judeus e árabes fazem parte de nossa estrutura social, aqui radicados e junto conosco lutando por um melhor futuro do Brasil. Estamos ligados a eles por laços de sangue que são mais fortes do que o poder das intrigas, que têm base em fatos isolados e tentam a difamação com generalizações perigosas, pois a verdade é que aqui existem várias gerações de árabes e judeus que se consagraram ao trabalho de mobilização de nossas riquezas potenciais.

Entre os nossos ancestrais mais remotos, do início de nossa civilização, encontramos como pioneiros de nosso desenvolvimento e cultura os judeus portugueses, batizados de cristãos novos, que para aqui vieram fugindo das perseguições na Europa. Bem mais tarde vieram os árabes e foram cimentadas as ligações de famílias, que deram lugar a vultos eminentes de nossa sociedade, o mesmo acontecendo com os descendentes do povo de Israel.

Somente existe uma verdade pura e cristalina que

é a total impossibilidade de tomarmos partido na questão territorial que, por circunstâncias que desconhecemos, deu lugar a um clima de ódios entre árabes e judeus, porque nós não sabemos odiar e os descendentes dos povos que lutam no Oriente Médio aqui vivem em paz, contagiados pelo sentimentalismo brasileiro, o que demonstra ser possível a convivência pacífica entre eles.

Considero, portanto, descabida e inoportuna a declaração do nosso ministro do Exterior, principalmente porque lhe falta autoridade moral para pronunciamentos favoráveis aos árabes, sem que se possa admitir a desculpa de que estamos precisando de petróleo. Os 7 bilhões de dólares de nossas importações de petróleo estão sendo pagos com o suor do rosto dos brasileiros, pois nada nos foi dado de graça, e, ao contrário, foram exorbitantes os preços cobrados. Cumprimos todas as exigências de uma verdadeira chantagem econômica que está levando o mundo todo a uma situação de desespero.

Os nossos amigos judeus e seus descendentes não merecem a discriminação feita pelo nosso Ministro do Exterior na ONU e aqui fica o meu protesto firme e consciente, na defesa de uma posição de neutralidade, única admissível.

Correspondência para: Av. Munhoz da Rocha, n.º 263 - Curitiba - PR Tel.: 252-3536.

General da reserva, engenheiro, ex-prefeito de Curitiba, ex-diretor da Companhia Siderúrgica Nacional, ex-presidente da Rede Ferroviária Federal e autor do livro "Imagem de um presidente".

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA

BALANCETE MÊS DE SETEMBRO DE 1979

DÉBITO			CRÉDITO	
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A			RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.822.515,03
AGÊNCIA CENTRO CÍVICO	37.907,95		RENDAS DIVERSAS	<u>2.342.567,20</u> 6.165.082,23
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A			IMPOSTO DE RENDA NA FONTE	18.292,00
CONTA POUPANÇA	378,95		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28.789.276,41
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A				
PRAZO FIXO	20.000.000,00			
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	<u>10.982.799,81</u>	31.021.086,71		
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		30.100,00		
MATERIAL DE CONSUMO	2.885,90			
SERVIÇOS DE TERCEIROS	402,50			
SEGUROS	152.918,53			
PENSIONISTAS	<u>3.765.257,00</u>	<u>3.921.563,93</u>		
SOMA		34.972.650,64	SOMA	34.972.650,64

Reconhecemos a exatidão do presente balancete somando a importância de Trinta e quatro milhões, novecentos e setenta e dois mil, seiscentos e cinquenta cruzeiros e sessenta e quatro centavos.

ARY DOS SANTOS
CONTADOR CRC 47 - PR

ANTONIO FACCI
TESOUREIRO

JORGE SATO
PRESIDENTE

DEPARTAMENTO FINANCEIRO – CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE SETEMBRO DE 1.979

A T I V O			
DISPONÍVEL			
Tesouraria		639.864,72	639.864,72
EXECUÇÃO DA DESPESA			
Venc. e Vantagens Fixas		69.999.644,14	
Desp. Variáveis C/P/Civil		46.006.608,80	
Contribuições de Prev. Social		1.637.089,57	
Outras Obrigações Patronais		77.933,78	
Material de Consumo		2.921.743,92	
Serv. de Terceiros e Encargos		34.338.553,37	
Desp. do Exerc. Anteriores		53.025,84	
Subvenções Soc. a Inst. Privadas		11.113.410,43	
Inativos		20.975.421,82	
Pensionistas		4.313.033,04	
Salário Família		967.306,10	
Apoio Financeiro a Estudantes		765.600,00	
Assist. Médico-Hospitalar		2.500.000,00	
Outras Transf. a Pessoas		89.438,33	
Obras e Instalações		2.000.000,00	
Equip. e Material Permanente		1.368.233,22	199.127.042,36
CONTAS PENDENTES			
Despesas Diferidas			
SOMA – ATIVO			199.766.907,08
P A S S I V O			
LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS			
PESSOAL			
Venc. e Vantagens Fixas	73.170.000,00		
Desp. Variáveis C/P/Civil	47.940.000,00		
Contribuições de Prev. Social	1.915.000,00		
Outras Obrigações Patronais	130.000,00		
Outras Transf. a Pessoas	100.000,00		
Inativos	15.800.000,00		
Pensionistas	4.391.000,00		
Salário Família	1.004.000,00	144.450.000,00	
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO			
Material de Consumo	2.250.000,00		
Serv. de Terceiros e Encargos	27.373.500,00		
Desp. do Exerc. Anteriores	55.000,00		
Subvenções Sociais	9.255.900,00		
Apoio Financeiro a Estudantes	765.600,00		
Assist. Médico-Hospitalar	1.900.000,00	41.600.000,00	
CAPITAL			
Obras e Instalações	3.500.000,00		
Equip. e Material Permanente	1.500.000,00	5.000.000,00	191.050.000,00
CREDORES			
Despesas Empenhadas	2.576.235,61		
Despesas Processadas	4.115.399,83		
Folha de Pagamento	63.416,08		
Consignações	1.143.463,04	7.898.514,56	
RESTOS A PAGAR			
Empenhados	693.191,40		
Processados - Credores	—		
Processadas - Folha de Pag.	1.308,47		
Cred. em Consignações	—	694.499,87	
CONTAS PENDENTES			
Outras Contas Pendentes	123.892,65	123.892,65	8.176.907,08
SOMA – PASSIVO			199.766.907,08

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO", EM 09 DE OUTUBRO DE 1.979

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
 Contador Geral

SEBASTIÃO DE L. CARDOSO
 Chef. Div. Contab.

DIRCEU G. CORDEIRO
 Chefe Sec. Contab.